

**AÇÃO COLETIVA NO ESPAÇO
ORGANIZACIONAL DE COOPERATIVAS
POPULARES**

MARIA EUGÊNIA MONTEIRO CASTANHEIRA

2008

MARIA EUGÊNIA MONTEIRO CASTANHEIRA

**AÇÃO COLETIVA NO ESPAÇO ORGANIZACIONAL DE
COOPERATIVAS POPULARES**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-graduação em Administração, área de concentração em Gestão Social, Ambiente e Desenvolvimento, para obtenção do título de "Mestre".

Orientador
Doutor José Roberto Pereira

**LAVRAS
MINAS GERAIS - BRASIL
2008**

**Ficha Catalográfica Preparada pela Divisão de Processos Técnicos da
Biblioteca Central da UFLA**

Castanheira, Maria Eugênia Monteiro.

Ação coletiva no espaço organizacional de cooperativas populares /
Maria Eugênia Monteiro Castanheira. -- Lavras : UFLA, 2008.
75 p.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Lavras, 2008.

Orientador: José Roberto Pereira.

Bibliografia.

1. Ação coletiva. 2. Cooperativas populares. 3. Economia solidária. 4.
Vínculos sociais. I. Universidade Federal de Lavras. II. Título.

CDD – 334.681

MARIA EUGÊNIA MONTEIRO CASTANHEIRA

**AÇÃO COLETIVA NO ESPAÇO ORGANIZACIONAL DE
COOPERATIVAS POPULARES**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-graduação em Administração, área de concentração em Gestão Social, Ambiente e Desenvolvimento, para obtenção do título de "Mestre".

APROVADA em de de 2008

Prof. Cândido Ferreira da Silva Filho UNISAL

Prof. Elias Rodrigues de Oliveira UFLA

José Roberto Pereira
UFLA
(Orientador)

**LAVRAS
MINAS GERAIS - BRASIL
2008**

*A Sandinha e Lita,
mães do coração que me acolheram e apoiaram com todo carinho;*

OFEREÇO

*À minha mãe Nina, anjo que deixou como legado seu exemplo de vida e
de amor incondicional;
Ao meu pai, Eduardo, e meus irmãos, Ana Luiza e Luiz Fernando,
verdadeiros alicerces;*

DEDICO

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me guiar e proteger em todos os momentos

À Universidade Federal de Lavras e ao Programa de Pós-Graduação em Administração.

Ao orientador, Professor José Roberto, pelos ensinamentos transmitidos durante minha orientação.

Aos professores do departamento de Administração, Edgard, Juvêncio, Robson, Mozart, Paula, Maroca, Elias, Flávia Naves, Ricardo Sette e Antonialli.

Aos amigos do mestrado, Carol, Mayara, Mari, Lélis, Felipe, Max, Alexandre, Wesley, Raquel, Cláudia, Vanessa, Kênia e Marcelo.

Aos estagiários da Incubacoop/UFLA, especialmente Mirella e Fernanda, pela ajuda na pesquisa.

Às secretárias da pós-graduação Bete e Jaqueline pela paciência e dedicação.

Ao Zé Egmar e ao Roberto pela hospitalidade, atenção e estima.

À Mariana, Izabela e Renata, irmãs do coração.

Às queridas amigas de longa data, Loren e Del.

Melhor é serem dois do que um, porque têm melhor paga do seu trabalho. Porque se caírem, um levanta o companheiro; aí, porém, do que estiver só; pois, caindo, não haverá quem o levante. Também, se dois dormirem juntos, eles se aquestrarão; mas um só, como se aquestrará? Se alguém quiser prevalecer contra um, os dois lhe resistirão; o cordão de três dobras não se rebenta com facilidade. (Eclesiastes 4, 9-12)

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	i
RESUMO.....	ii
ABSTRACT	iii
1 INTRODUÇÃO.....	1
2 AÇÃO COLETIVA, VÍNCULOS SOCIAIS E COOPERAÇÃO	6
2.1 A teoria da ação coletiva de Olson	6
2.2 A ação coletiva na teoria da dádiva	14
2.2.1 Postulado da dádiva: a obra de Marcel Mauss.....	16
2.2.2 A proposta de um paradigma	18
2.2.3 A dádiva enquanto sistema	20
2.2.4 Sociabilidade e dádiva	25
2.3 A ação coletiva nas ideologias de cooperação.....	30
2.3.1 A ação coletiva e a cooperação nos ideais utópicos do cooperativismo	30
2.3.2 A ação coletiva e a cooperação na economia solidária.....	35
3 METODOLOGIA	42
4 COOPERATIVAS POPULARES NO BRASIL	44
4.1 Cooperativas populares: conceitos e características	44
4.2 A organização das cooperativas populares	46
4.3 Ação coletiva em cooperativas populares: alguns casos em análise.....	50
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	67
ANEXO	72

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 Ação coletiva nas cooperativas populares.61

RESUMO

CASTANHEIRA, Maria Eugênia Monteiro. Ação Coletiva no Espaço Organizacional de Cooperativas Populares. LAVRAS: UFLA, 2008. 72p. (Dissertação - Mestrado em Administração)*.

A ação coletiva constitui um fenômeno de múltiplas facetas que está condicionado às dimensões da vida social. Trata-se de um acontecimento organizado, capaz de promover mudanças, e que implica na ampliação de interesses do nível individual ao coletivo. Enquanto conceito, constitui uma categoria a partir da qual é possível analisar os diversos processos sociais e as interações de seus agentes. No caso da economia solidária, e mais especificamente das cooperativas populares, a ação coletiva configura um movimento orientado para a consecução de um bem comum e uma forma de emancipação dos trabalhadores. Esta forma de ação ultrapassa o patamar da satisfação de interesses compartilhados, buscando inscrever a solidariedade em seu cerne, o que contrapõe a lógica utilitarista preponderante. Neste sentido, a ação coletiva necessita que seus atores se apoiem em outras formas de interação que não se enquadram nos preceitos racionais orientados pelo individualismo. Diante dessas considerações, parte-se do pressuposto que qualquer tentativa de identificar as especificidades da ação coletiva no âmbito da economia solidária tem início nas motivações que orientam os agentes dessa ação e na compreensão das relações que se estabelecem ao longo dessa trajetória. Tendo em vista este pressuposto, este estudo teve como objetivo identificar e analisar, teoricamente, os vínculos sociais que contribuem, efetivamente, para a ação coletiva no espaço organizacional das cooperativas populares. Para tanto, utilizou-se como referencial teórico a lógica da ação coletiva de Mancur Olson, a teoria da dádiva e os princípios do cooperativismo e da economia solidária. A partir desses pressupostos teóricos, observou-se, a título de hipótese, que os princípios da economia solidária e do cooperativismo não são suficientes para sustentar essas formas de ação coletiva, necessitando que os agentes estabeleçam entre si vínculos sociais regidos pelos princípios da reciprocidade, capazes de criar alianças e manter a coesão do grupo.

* Comitê Orientador: José Roberto Pereira (Orientador).

ABSTRACT

CASTANHEIRA, Maria Eugênia Monteiro. **Ação Coletiva no Espaço Organizacional de Cooperativas Populares**. LAVRAS: UFLA, 2008. 72p. (Dissertation – Business Master Degreee)*.

The collective action is a phenomenon with many faces that are conditioned to the social life dimensions. This is an organized event, capable of promoting change that implies in the expansion of individual to collective interests. While concept, this is a category from which is possible to analyze several social processes and the agents interactions. Concerning to solidary economy, and specifically to popular cooperatives, the collective action sets a movement directed to achieve a common benefit and its performers emancipation. This kind of mobilization exceeds the satisfaction level of shared interests, seeking to register solidarity at the heart of action, which contrasts the logic utilitarian prevalent. In this sense, the collective activity requires another forms of interaction between the agents that do not fall in the precepts guided by rational individualism. Thus, the workers organization in popular cooperatives needs to be conducted through experiences which enable to assimilate the principles of this enterprises. Given these considerations, it is assumed that any attempt to identify the collective action specificities within the solidary economy departs from the motivations that guide its conductors and from the relationships understanding that have been set along that path. In view of this assumption, this study aimed to identify and examine, theoretically, the social ties that help, effectively, to collective action in the popular cooperatives organizational space. Thus, it was used as a theoretical reference the Olson's collective action logic, the donation theory, and the cooperativism and solidary economy principles. From these theoretical assumptions, it was observed, as a hypothesis, that the solidary economy and cooperativism principles are not sufficient to sustain these forms of collective action, requiring the establishment of social ties between performers governed by reciprocity principles, capable of creating alliances and maintain the cohesion of the group.

* Guidance Comitee: José Roberto Pereira (Major Professor).

1 INTRODUÇÃO

A compreensão teórica da economia solidária remete, inevitavelmente, à discussão conceitual de ação coletiva e da sociabilidade entre os indivíduos. Tal entendimento implica apreender os fatores que levam à constituição dos vínculos sociais e das motivações que sustentam e orientam a ação coletiva.

Segundo a definição de Weber (1991) sobre ação social, as condutas individuais podem ser compreendidas, basicamente, por quatro motivações que as orientam, quais sejam: tradição, valores, emoção e razão. No entanto, as relações sociais entre os indivíduos, orientados por tais motivações, consistem na adoção de uma conduta que é assimilada entre as partes, entendendo que o sentido da ação é compartilhado, embora não seja, necessariamente, recíproco. Em outras palavras, significa que, ao envolver-se em uma relação social, o indivíduo pode tomar por referência certas probabilidades quanto à ação do outro ao qual sua conduta se refere.

Na concepção de Mauss (2001), por sua vez, a ação social pode ser compreendida por meio da análise dos vínculos sociais que se estabelecem entre os indivíduos, especialmente, porque tais vínculos adquirem um caráter de aliança, que só pode ser gerada com a instauração da confiança e a partir de uma lógica guiada pela incondicionalidade, isto é, o vínculo apenas se estabelece a partir do momento em que um é capaz de se abrir ao outro sem reservas. Somente após um mínimo de confiança ser instalado é que se torna possível desenvolver o campo da contratualidade e da condicionalidade.

Nesse sentido, as ações sociais nos contextos mercadológico, estatal ou doméstico, assumem formas distintas entre si, sendo conduzidas conforme as especificidades de cada uma dessas esferas. O mesmo ocorre no espaço relativo à economia solidária, cujo sentido da ação corresponde à expectativa da reciprocidade.

Refletindo sobre essa questão, a ação coletiva emerge como um fenômeno de múltiplas facetas que está condicionado às dimensões da vida social. Trata-se de um acontecimento organizado, capaz de promover mudanças, e que implica na ampliação de interesses do nível individual ao coletivo. Enquanto conceito, constitui uma categoria a partir da qual é possível analisar os diversos processos sociais e as interações de seus agentes.

No caso da economia solidária, e mais especificamente das cooperativas populares, pressupõe-se a ação coletiva como um movimento voltado para a consecução de um bem comum e uma forma de emancipação daqueles que a promovem. Essa forma de mobilização ultrapassa o patamar da satisfação de interesses compartilhados, buscando inscrever a solidariedade no cerne da ação, o que contrapõe a lógica utilitarista preponderante. Para tanto, a atividade coletiva necessita que seus atores se apoiem em outras formas de interação que não se enquadram nos preceitos racionais orientados pelo individualismo.

Todavia, a economia solidária não é, de modo algum, um processo automático e simples de se realizar, pois exige que os participantes da ação coletiva ajam conforme uma lógica contrária às proposições capitalistas que vigoram na formação social dos indivíduos modernos. Sendo assim, a organização dos trabalhadores em cooperativas populares precisa ser conduzida por meio de experiências que possibilitem a assimilação dos princípios que regem esses empreendimentos. Com o propósito de auxiliar nessa diligência, as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCPs, dão suporte a esses grupos por meio de intervenções educativas, capacitação técnica e qualificação profissional, ajudando a construir os alicerces da consciência cooperativista.

Diante das considerações apresentadas, parte-se do pressuposto de que qualquer tentativa de identificar as especificidades da ação coletiva no âmbito da economia solidária tem início nas motivações que orientam os agentes dessa

ação e na compreensão das relações que se estabelecem ao longo dessa trajetória. Este entendimento visa a explicar o problema de pesquisa que consiste em identificar quais são os vínculos que contribuem, efetivamente, para a ação coletiva no espaço organizacional das cooperativas populares após o cumprimento de um processo de incubação.

Tendo em vista estas apreciações, este estudo tem como **objetivo geral** identificar e analisar, teoricamente, os vínculos sociais que contribuem, efetivamente, para a ação coletiva no espaço organizacional das cooperativas populares que passaram por um processo metodológico de incubação orientado pelos princípios da economia solidária.

Neste sentido, os objetivos específicos são:

- a) identificar e analisar, no âmbito teórico, os vínculos sociais que norteiam a ação coletiva em geral;
- b) analisar estudos de caso que tratam da ação coletiva no espaço organizacional de cooperativas populares que passaram por um processo de incubação e identificar, nestes casos, os motivos que levaram os indivíduos a constituir cooperativa popular e os vínculos sociais que os mantêm enquanto organização.

Com esse intento, a primeira parte deste trabalho discute a lógica da ação coletiva a partir da concepção de Mancur Olson, que atribui ao interesse a mobilização de um conjunto de indivíduos em prol de objetivos comuns. Para este autor, a consecução de tais objetivos está condicionada a um cálculo em que os agentes avaliam se os benefícios obtidos a partir da ação coletiva compensam o esforço a ser empregado para a promoção dos mesmos. Além disso, Olson acredita que o indivíduo é movido pela maximização de seus interesses pessoais,

sendo necessário que outro fator, além dos objetivos compartilhados, influencie a sua decisão de agir conjuntamente.

Em contraponto a essa perspectiva, apresenta-se a teoria da dádiva, que tem Marcel Mauss como precursor e atribui à dádiva o desígnio de elemento essencial para a constituição de qualquer forma de interação social. Tratada como pressuposto para a formação da coletividade, a dádiva tem como preceito estabelecer relações através do circuito composto pelos momentos de dar, receber e retribuir, que desenvolvem o vínculo social entre indivíduos. A partir dessas proposições, os defensores da teoria da dádiva, dentre os quais destacam-se Jacques T. Godbout e Alain Caillé, propõem a dádiva como uma tipologia da ação, em que os agentes são movidos, em primeira instância, pela vontade de se aliar a outros.

Após essas discussões teóricas, apresentam-se os princípios do cooperativismo “utópico” como forma específica de ação coletiva. Segundo essa abordagem, a cooperação constitui uma alternativa ao individualismo liberal, propondo a condução das atividades econômicas a partir de princípios não capitalistas, fundados em pressupostos de autonomia, equidade, democracia e solidariedade. Com base nesses fundamentos, o cooperativismo propõe formas alternativas de organização social, compondo um modelo em que o processo produtivo tem como cerne o trabalhador.

Finalizando essa parte do trabalho, busca-se uma compreensão da economia solidária que, fundada nos ideais do cooperativismo, identifica formas organizativas que trazem em sua essência a noção de solidariedade na composição de atividades econômicas. Condenando a sobreposição do capital sobre o trabalho, a economia solidária se caracteriza por promover uma dinâmica de reciprocidade que alia os interesses individuais aos coletivos.

A seção seguinte descreve o processo metodológico empregado para a realização deste trabalho, que tem a ação coletiva como categoria analítica das reflexões teóricas propostas.

Passa-se, então, ao item 4, que procura conceituar e caracterizar as cooperativas populares, assinalando a organização desses empreendimentos no contexto brasileiro e a contribuição das ITCPs para a concretização dessas ações. Por fim são apresentados três relatos de pesquisas realizadas em cooperativas populares com a intenção de ilustrar a discussão teórica conduzida até então e desenvolver as análises pertinentes ao problema de pesquisa.

2 AÇÃO COLETIVA, VÍNCULOS SOCIAIS E COOPERAÇÃO

2.1 A teoria da ação coletiva de Olson

Olson (1999) considera que qualquer estudo sobre um grupo de indivíduos parte de seu propósito, ou seja, da razão de sua existência. Neste sentido, um propósito que caracteriza a maioria das associações e das cooperativas, senão todas, é a promoção dos interesses de seus membros.

De acordo com Alcântara (2003), Olson discute em suas obras a promoção do bem coletivo e a decisão individual de agir em conjunto. Orientando seus estudos para a viabilidade da ação coletiva, esse autor tem o indivíduo como elemento norteador de sua análise, considerando-o:

“[...] um ser racional cuja ação se estrutura em raciocínios lógicos, produto do cálculo efetuado com as informações disponíveis, portador de uma característica que determinará todos os cursos da possível ação coletiva, qual seja, ser um agente maximizador de ganhos individuais” (Alcântara, 2003, p.16).

Baseando suas análises na teoria econômica, Olson (1999) sustenta que não há qualquer sentido em integrar-se a um grupo quando uma ação individual independente atende aos interesses do indivíduo tão bem ou melhor que uma associação. Por outro lado, quando a ação individual não é suficiente para promover os interesses dos indivíduos, seja de forma completa ou da maneira mais adequada, as associações podem desempenhar um importante papel no sentido de servir a objetivos comuns ou grupais.

Este aspecto é analisado por Alcântara (2003) da seguinte forma:

“o benefício coletivo permite ao indivíduo usufruir de serviços e produtos a um custo menor do que se estes estivessem sendo disponibilizados individualmente. A cooperação para a promoção de bens coletivos, levando-se em conta os custos da operação, é a

alternativa mais viável, justificada pelo cálculo racional” (Alcântara, 2003, p.17).

A partir dessa proposição é notório supor que grupos constituídos por indivíduos com interesses comuns geralmente buscam promover tais interesses, agindo em prol dos mesmos com o mesmo afincamento empregado na satisfação de seus interesses pessoais. Essa noção é concebida como uma extensão lógica do comportamento racional e centrada nos próprios interesses (Olson, 1999).

Todavia, é preciso lembrar que, embora se unam a favor de objetivos comuns, os indivíduos também têm interesses puramente individuais, diferentes dos interesses dos outros membros do grupo.

Para Olson, não é só a necessidade conjunta que impulsiona o indivíduo a cooperar. É necessário que haja outro fator influenciando esse tipo de decisão.

“[...] a maior vantagem, a princípio, em se agir coletivamente é diminuir os gastos e o empenho individual na promoção de um bem, aumentando a margem do lucro obtido com o usufruto do benefício” (Alcântara, 2003, p.18).

Sendo assim, Olson (1999) refuta a dedução de que os grupos agirão para atingir seus objetivos como uma seqüência lógica da premissa do comportamento racional e centrado nos próprios interesses. Nas palavras deste autor,

“não é fato que só porque todos os indivíduos de um determinado grupo ganhariam se atingissem seu objetivo grupal eles agirão para atingir esse objetivo [...]. Na verdade, a menos que o número de indivíduos do grupo seja realmente pequeno, ou a menos que haja coerção ou algum outro dispositivo especial que faça os indivíduos agirem em interesse próprio, os indivíduos racionais e centrados nos próprios interesses não agirão para promover seus interesses comuns ou grupais” (Olson, 1999, p.14).

Baseando-se em Max Weber, Olson (1999) afirma que nem mesmo motivações ideológicas, visando o interesse de terceiros, são suficientes para impelir o esforço contínuo de grandes massas, já que, em uma economia de mercado, toda atividade econômica é sustentada e guiada por indivíduos centrados em seus próprios interesses materiais ou ideais. Ao citar o postulado de Parsons e Smelser, que condiciona a performance de uma organização ao emprego de “recompensas” e “sanções”, Olson (1999) preconiza que é necessariamente o interesse pela maximização dos ganhos que move a ação dos indivíduos. Sendo assim, embora os membros de um grupo ou organização tenham interesse em alcançar um benefício coletivo, eles não têm interesse em arcar voluntariamente com o custo que a aquisição desse benefício acarreta.

Na concepção de Olson (1999), em uma ação coletiva, tanto as parcelas do benefício quanto o ônus pela participação podem ser distribuídos de forma diferente entre cada um dos participantes. Naturalmente, o que o indivíduo racional maximizador busca é obter ganhos superiores aos acordados entre os integrantes do grupo, procurando, assim, reduzir seus esforços para aumentar o valor real do seu benefício. Em outras palavras, esse indivíduo subestima o raciocínio lógico dos demais agentes e não se empenha na promoção do bem, mas mesmo assim busca usufruir dos seus benefícios, pegando carona na ação do grupo. A este agente Olson confere a alcunha de *free rider* (Alcântara, 2003).

O *free rider* (carona) nada mais é que o indivíduo racional, defensor de interesses individuais, portanto, egoísta, que vislumbra a possibilidade de ganhar com a promoção do bem público sem, no entanto, ajudar na sua produção (Alcântara, 2003, p.19).

A presença do carona, portanto, torna a possibilidade de se prover benefícios coletivos mais remota. Sua figura é nociva não só porque reduz a eficiência da ação, mas também porque sua recusa em colaborar desmotiva o esforço de outros agentes.

Essa questão, contudo, pode variar, de acordo com o tamanho do grupo e também de acordo com os custos e benefícios envolvidos na ação dos indivíduos. De acordo com Olson (1999),

“se uma determinada quantidade de um benefício coletivo puder ser obtida a um custo suficientemente baixo com relação às vantagens que trará, a ponto de uma pessoa sozinha do grupo em questão sair ganhando, mesmo que tenha que arcar sozinha com esse custo, então há uma boa probabilidade de que o benefício coletivo seja proporcionado” (Olson, 1999, p.35).

No que tange ao tamanho, Olson (1999) alega que para grupos pequenos é possível prover-se de benefícios coletivos sem recorrer a qualquer artifício além do benefício coletivo em si mesmo, uma vez que em tais grupos a ação de um membro tem efeito perceptível sobre os demais, fazendo com que os relacionamentos individuais tenham importância e permitindo que os integrantes se auto-regulem. Em grandes grupos, por outro lado, as contribuições individuais não afetam de forma perceptível o grupo como um todo. Dessa forma, o mais provável é que o benefício coletivo não seja promovido, a menos que haja coerção¹ ou algum incentivo adicional que incite seus membros a agirem em proveito de seus objetivos comuns. Para tanto, é necessário haver, entre os membros do grupo, algum acordo que proporcione um mínimo de coordenação ou organização.

A partir dessas constatações distinguem-se três tipos diferentes de grupos cuja diferenciação toma como elemento principal o número de indivíduos que os compõem: “privilegiados”, “intermediários” e “latentes”. Um grupo “privilegiado”, segundo Olson (1999),

¹ “A coerção é um recurso usado pelas instituições e organizações para forçar o indivíduo a agir sob o argumento de que a sua não-ação custa mais a ele que a sua ação” (Alcântara, 2003, p.20).

“é um grupo em que cada um de seus membros, ou pelo menos um deles, tem um incentivo para se esforçar para que o benefício coletivo seja provido mesmo que ele tenha de arcar sozinho com todo o ônus. Em um grupo assim há uma predisposição de que o benefício coletivo será obtido e pode ser obtido sem nenhuma organização grupal ou coordenação de qualquer tipo. Um grupo ‘intermediário’ é um grupo em que nenhum membro obtém sozinho uma parte do ganho suficientemente grande para incentivá-lo a prover o benefício, mas que não tem tantos integrantes a ponto de um membro não perceber se outro está ou não ajudando a prover o benefício coletivo. Em tal grupo, um benefício coletivo pode ser obtido ou pode não ser, mas nenhum benefício coletivo jamais será obtido sem alguma coordenação ou organização grupal” (Olson, 1999, p.62).

Já em um grupo “latente”, que é um grupo muito grande,

“se um membro ajudar ou não ajudar a prover o benefício coletivo, nenhum outro membro será significativamente afetado e, portanto, nenhum terá razão para reagir. Assim, no grupo “latente” um indivíduo não pode, por definição, fazer uma contribuição perceptível a qualquer esforço grupal e, já que ninguém no grupo reagirá se ele não fizer nenhuma contribuição, ele não terá incentivo para contribuir” (Olson, 1999, p.63).

Quando comparados aos grupos menores, os grupos grandes se mostram muito menos radicalistas² e decididos, características que, na concepção de Simmel (1983), são essenciais para que o indivíduo se dedique sem reservas à base lógica do grupo. É na solidariedade incondicional dos elementos que se baseia a possibilidade de radicalismo, mas essa solidariedade diminui na medida em que o crescimento numérico envolve a admissão de elementos individuais heterogêneos. O fato de não sustentar espontaneamente a coesão imediata e pessoal, típica do grupo pequeno, faz com que o grupo grande ou “latente” adote alguns mecanismos que atuam como compensações para essa incapacidade.

Sendo assim, criam instrumentos que canalizam e servem de mediadores

² Aqui o termo radicalismo assume o sentido de fidelidade à proposta do grupo social.

para a interação de seus membros, atuando como veículos de uma unidade social que já não resulta mais das relações diretas entre seus elementos.

Nesse caso, é necessário lançar mão do que Olson (1999) chama de “incentivo independente e seletivo” para estimular um membro de um grupo latente³ a agir coletivamente. Tal incentivo é considerado de caráter seletivo por constituir um tratamento diferenciado, atribuído àqueles que contribuem ou não para a promoção dos interesses do grupo. Dessa forma, podem coagir com alguma punição aqueles que não arcarem com parte do ônus da ação grupal, ou pode ser uma recompensa para aqueles que agirem pelos interesses do grupo.

Simmel (1983) afirma que depois de chegar a certo tamanho, um grupo tem, necessariamente, que desenvolver formas e órgãos que sirvam à sua manutenção e promoção, o que não ocorre em um grupo menor. Segundo este sociólogo, os grupos menores são dotados de qualidades, dentre elas as formas de interação de seus membros, que inevitavelmente desaparecem quando esses grupos aumentam. Um exemplo são as sociedades socialistas ou quase socialistas, que só foram possíveis em grupos pequenos e inviáveis nos grupos maiores. A explicação para isso encontra-se no fato de que a equidade na distribuição da produção e o reconhecimento mútuo, aspectos essenciais ao socialismo, são facilmente realizados em um grupo pequeno, já que a contribuição de cada um ao todo e sua relevância no grupo são claramente visíveis. No grupo grande, contudo, a comparação e a compensação são difíceis, especialmente por causa das inevitáveis distinções de seus membros, suas funções e pretensões, decorrentes da complexa divisão do trabalho. Esta, conforme Simmel (1983), é o que garante a unidade de um número muito grande de pessoas, pois produz o tipo de interpenetração e interdependência capaz de ligar, por meio de intermediários, cada pessoa a todas as outras.

³ Os grandes grupos são chamados de “latentes” justamente porque seu potencial para a ação só pode ser concretizado ou mobilizado com o auxílio de “incentivos seletivos” (Olson, 1999).

Na concepção de Olson (1999), o número de indivíduos também é um fator decisivo para gerar comportamento coletivo no que tange à busca racional e voluntária de um interesse. Esse autor acredita que os pequenos grupos possuem melhores condições que os grandes para promover seus interesses comuns, uma vez que, em meio a muitos participantes, um elemento tem consciência de que seus esforços individuais não influenciarão muito no resultado final.

“Quando uma parceria tem muitos membros, o parceiro individual nota que seu próprio esforço ou contribuição não afetará muito o desempenho grupal e espera obter sua parcela preestabelecida dos ganhos tanto se contribuir quanto se não contribuir com tudo o que poderia ter contribuído. [...] quando o número de parceiros aumenta, o incentivo que cada um deles tem para trabalhar pelo sucesso da empreitada diminui” (Olson, 1999, p.67).

Já no pequeno grupo, em que cada um dos membros conhece os outros diretamente, as ações individuais não só são perceptíveis, como afetam imediatamente os demais, o que por si só já conduz a uma auto-regulação e a um esforço para que tudo corra bem (Olson, 1999), eliminando a necessidade de empregar recursos coercitivos ou incentivos adicionais (Alcântara, 2003).

Com base nas diferenças entre os pequenos grupos (privilegiados e intermediários) e os grandes, Olson (1999) traça uma relação entre a eficiência e o tamanho do grupo, concebendo que os primeiros freqüentemente triunfam sobre os segundos por, geralmente, serem mais organizados e ativos. Tal conjectura está fundamentada na avaliação desse autor sobre a distribuição tanto do benefício quanto do ônus entre os participantes, e sobre a coesão grupal que está relacionada ao conhecimento que cada indivíduo tem sobre as ações dos demais membros do grupo (Alcântara, 2003).

Retomando a questão dos “incentivos seletivos”, Olson (1999) acredita que os incentivos econômicos não são, com certeza, os únicos que movem os indivíduos. Interesses como *status*, respeito, amizade e outros de cunho social ou psicológico também são capazes de motivar ações. E tais recursos podem ser eficientes, já que a maioria das pessoas tende a zelar por seu prestígio e auto-estima.

No entanto, a pressão e os incentivos sociais “*funcionam somente em grupos de tamanho menor, pequenos o bastante para que cada membro possa ter um contato face a face com todos os demais*” (Olson, 1999, p.74). O que sustenta esse argumento é: primeiro, o fato de que, nos grandes grupos, cada membro representa uma parte tão pequena em relação ao total que sua ação não é decisiva; e segundo, porque nesses grupos um indivíduo não é afetado socialmente caso não cumpra sua parte em favor do conjunto, já que nenhum membro é capaz de se relacionar com todos os outros.

Sendo assim, Olson (1999) julga que os grupos pequenos o bastante para serem considerados “privilegiados” ou “intermediários” são duplamente abençoados, pois, além dos incentivos econômicos, contam também com incentivos sociais para estimular seus membros a agir em prol do grupo.

Procurando combater possíveis críticas, Olson (1999) explica que o fato de incentivos sociais não surtirem efeito sobre os membros de grupos “latentes” não significa que esses indivíduos apresentem exclusivamente propósitos egoístas ou comportamentos maximizadores de lucros. Conforme este autor, mesmo na ausência de pressões sociais é possível que as pessoas ajam de forma desprendida. O que se deve compreender é que,

“o conceito de grupo grande ou latente aqui oferecido se sustenta tanto se o comportamento de seus membros for egoísta quanto se for desprendido - desde que seja “racional” no sentido estrito do termo” (Olson, 1999, p.76).

Embora o comportamento centrado nos próprios interesses seja absolutamente coerente com os grupos latentes, ele não é necessariamente uma regra.

“O único requisito é que o comportamento dos indivíduos nos grandes grupos ou organizações do tipo aqui considerado seja racional, no sentido de que seus objetivos, sejam eles egoístas ou não-egoístas, serão perseguidos através de meios eficientes e adequados à sua consecução. [...] O principal requisito para se aceitar a linha de raciocínio básica deste estudo é concordar com a idéia de que os grupos grades ou latentes não se organizarão para uma ação coordenada meramente pelo fato de que, como grupo, têm uma razão para fazê-lo, embora isso pudesse ser verdadeiro no caso de grupos menores” (Olson, 1999, p.77).

Segundo Pérez (2000), o modelo analítico de Olson pressupõe a existência de uma racionalidade individual ou grupal que exclui qualquer possibilidade de organização social sem a presença de um fator suficientemente racional para impelir a ação. Isso sugere, na perspectiva de Bueno (2004), que a ação coletiva, para acontecer, deve estar condicionada a um quadro institucional que torne racionais, do ponto de vista individual, as decisões cooperativas.

Para se contrapor a esses argumentos da teoria de Olson, no sentido da ação coletiva orientada pelo princípio da reciprocidade, serão apresentados, a seguir, os elementos que compõem a teoria da dádiva.

2.2 A ação coletiva na teoria da dádiva

Na obra *Essai sur le don*⁴, que reúne material extraído da etnografia e da história das religiões, Marcel Mauss observa que, em muitas sociedades primitivas – também chamadas sociedades arcaicas, selvagens, tradicionais – as trocas e os contratos são estabelecidos por meio de presentes e regalos

⁴ Publicado na língua portuguesa sob o título “Ensaio sobre a dádiva”.

aparentemente voluntários, mas que são obrigatoriamente dados e retribuídos (Godbout, 1999).

Procurando demonstrar o que há por trás disso, Mauss (2001) analisa o direito e a religião dessas sociedades e revela que, nas relações de troca entre os membros do grupo, o presente recebido e trocado cria uma obrigação, na qual o doador tem uma ascendência sobre o beneficiário “porque aceitar qualquer coisa de alguém é aceitar qualquer coisa da sua essência espiritual, da sua alma” (Mauss, 2001, p.66). Nesse sistema, a recusa de dar ou receber significa a recusa à aliança e à comunhão.

De acordo com Lanna (2000), “*o argumento central do Ensaio é de que a dádiva produz a aliança, tanto as alianças matrimoniais como as políticas, religiosas, econômicas, jurídicas e diplomáticas*” (Lanna, 2000, p.175). O pensamento maussiano observa, prioritariamente, não indivíduos e estruturas, mas o que circula entre os atores a favor do vínculo social. Nessa perspectiva, a dádiva (ou dom) se faz presente em todos os espaços da vida em sociedade, influenciando decisivamente na formação dos atores e na definição de seus lugares nesse conjunto (Martins, 2004).

A dádiva constitui, portanto, “o elemento essencial a toda sociedade”, e pode ser definida como “*qualquer prestação de bem ou de serviço, sem garantia de retorno, com vistas a criar, alimentar ou recriar os vínculos sociais entre as pessoas*” (Godbout, 1999, p.29). O aspecto essencial é atribuído à dádiva no sentido de tratá-la como pressuposto para a formação da coletividade. Sua natureza é estabelecer relações através do circuito composto pelos momentos de dar, receber e retribuir que, embora ocorram de forma espontânea, implicitamente conservam um caráter de obrigatoriedade moral.

Em outros termos, a dádiva consiste em algo que é dado espontaneamente - sejam objetos, palavras, gestos - e, ao ser recebido, gera no beneficiário dessa ação a necessidade moral e a vontade de retribuir. Essa

contradádiva, ao ser feita, torna-se uma nova dádiva, que em outro momento será retribuída, e assim sucessivamente. Desencadeia-se, então, um ciclo de circulação de dádivas cujo efeito é o desenvolvimento do vínculo social.

A afirmativa máxima da dádiva considera que nada é mais importante que a construção do laço social, visto que a aliança que ele constitui permite a passagem da guerra à paz e da desconfiança à confiança, condições inerentes a qualquer empreendimento e à prosperidade. Neste sentido, é possível julgar que a dádiva é o que há de mais útil no mundo, embora não se encontre no registro do utilitário. Compreende-se que seus objetivos conservam uma mistura profundamente paradoxal e indissociável de interesse e desinteresse, rogando que *“a relação deve ser construída pelos indivíduos que nela entram antes que estes possam pensar em tirar proveito dela”* (Caillé, 2002, p.8). Em suma, o dom pressupõe que o doador encontra a sua satisfação por meio da satisfação do outro.

2.2.1 Postulado da dádiva: a obra de Marcel Mauss

Dedicando-se à compreensão do direito contratual⁵ e do sistema das prestações econômicas entre os diversos grupos que compõem as sociedades primitivas, Mauss (2001) observa, nas práticas dessas coletividades, os chamados *fenômenos sociais totais* que misturam tudo o que constitui a vida propriamente social, expressando, ao mesmo tempo, instituições de natureza religiosa, jurídica, moral, política, familiar e econômica. Mauss constata que, no transcorrer dessas convenções, embora as trocas ou prestações apresentem um caráter voluntário, elas são, na verdade, obrigatórias. Diante dessa percepção, projeta a questão que consagra seu trabalho analítico:

⁵ Em Mauss a noção de contrato não remete aos acordos entre indivíduos racionais, mas a regras da organização social primitiva (Lanna, 2000).

“Qual é a regra de direito e de interesse que, nas sociedades de tipo atrasado ou arcaico, faz com que o presente recebido seja obrigatoriamente retribuído? Que força existe na coisa que se dá que faz com que o donatário a retribua?” (Mauss, 2001, p.52).

Em outras palavras, o que Mauss procura desvendar é a natureza das transações humanas nas sociedades precedentes e contemporâneas e a ação da moral e da economia nessas transações.

Adotando um rigoroso método de comparação, Mauss realizou uma série de investigações acerca das formas arcaicas do contrato em áreas como Polinésia, Melanésia, Noroeste americano, entre outras, cujos sistemas sociais foram descritos na sua integridade. Desses estudos provém a percepção de que nas sociedades primitivas não ocorrem *“simples trocas de bens, de riquezas e de produtos no decurso de um mercado passado entre os indivíduos”* (Mauss, 2001, p.55). Essencialmente, as prestações e contratos se realizam num contexto de obrigação mútua entre coletividades (clãs, tribos, famílias), que não trocam somente o que é útil economicamente, mas também gentilezas, festejos, ritos, entre outras simbologias. O mercado figura apenas como um dos momentos de um contrato muito mais geral e perene ao qual é atribuído o nome de *sistema das prestações totais* (Mauss, 2001) ou *reciprocidade total* (Graeber e Lanna, 2005).

As prestações totais, segundo Graeber e Lanna (2005), caracterizam as trocas em diversas sociedades arcaicas, *“nas quais dois lados de uma aldeia dependem um do outro quanto a comida, serviços militares e rituais, parceiros sexuais, danças, festas, gestos de respeito e reconhecimento etc.”* (Graeber e Lanna, 2005, p.507). Nesse sistema, a obrigação de dar é tão importante quanto a obrigação de receber, uma vez que a recusa de um ou de outro equivale a declarar guerra, a negar a aliança. Essa propriedade exprime, antes de qualquer coisa, uma convergência espiritual em que tudo – objetos, pessoas, gestos – constitui substância de transmissão e de entrega (Mauss, 2001).

Mauss (2001) apresenta o fenômeno social total constituído pela dádiva nas sociedades primitivas, valendo-se de diversas ilustrações etnológicas, das quais extrai, principalmente, os exemplos do *potlatch*, relatado por Franz Boas no estudo realizado entre os índios do Noroeste americano, e o *kula*, descrito por Malinowski em *Argonautas do Pacífico Ocidental* (Godbout, 1999).

2.2.2 A proposta de um paradigma

A dádiva, dotada de uma realidade complexa e paradoxal que admite sobrepujar a antítese entre obrigação e liberdade, o eu e o outro, indica a necessidade de pensar e conceituar a relação social e a ação individual segundo caminhos diferentes dos que costumeiramente são trilhados pelas ciências sociais: “*Pensar segundo o dom implica aprender a superar a tensão não resolvida entre os dois grandes paradigmas em que se dividem as ciências sociais*” (Caillé, 2002, p.11). O paradigma individualista, que parte do indivíduo para explicar a totalidade social, e o paradigma holista, que segue o sentido inverso.

Caillé (2002) acredita que a dádiva não só é capaz de superar a oposição habitual entre esses dois paradigmas como possui todas as dimensões para constituir um terceiro paradigma, inerentemente relacional. Tal constituição, inspirada em Marcel Mauss, representa o desenvolvimento do trabalho que vem sendo realizado pelo conjunto dos autores que se identificam com o projeto que a *Revue du MAUSS* (Movimento Antiutilitarista nas Ciências Sociais) compôs na tentativa de transpor a dicotomia entre individualismo e holismo.

Declarando-se antiutilitarista e recusando-se a reconhecer o *homo economicus* como pilar das ciências sociais, MAUSS adotou posição desfavorável ao que Caillé (2002) qualifica como primeiro paradigma. Relacionando “*o conjunto dos fenômenos sociais exclusivamente com as decisões e os cálculos dos indivíduos*” (Caillé, 2002), este paradigma afirma que

a ação individual é necessariamente interessada e racional, o que lhe confere a alcunha de individualista.

Uma vez destacada a irredutibilidade da dádiva ao primeiro paradigma, resta mostrar que o dom é igualmente irredutível ao segundo paradigma - qualificado como holista - que explica as ações individuais ou coletivas como manifestações da dominação exercida por uma totalidade social, preexistente aos indivíduos e infinitamente mais importante que eles, predeterminando seus atos e pensamentos (Caillé, 2002).

A dádiva, enquanto princípio propulsor e mantenedor das alianças (Caillé, 2002), não se encaixa em nenhuma dessas percepções, uma vez que a não equivalência, a espontaneidade, a dívida, a incerteza, o prazer do gesto e a liberdade, presentes no seio da relação social, se opõem às teorias que dão suporte a esses dois paradigmas (Godbout, 1999).

Na concepção da dádiva,

“a totalidade social não preexiste aos indivíduos como tampouco o inverso, pela simples razão que tanto uns como os outros, como a sua posição respectiva, se geram incessantemente pelo conjunto das inter-relações e das interdependências que os ligam. É portanto a modalidade geral dessa ligação e dessa interdependência que importa antes de mais nada compreender” (Caillé, 2002, p.18).

Sendo assim, propõe-se a dádiva como um terceiro paradigma capaz de superar as limitações do individualismo e do holismo e também de pensar essas duas visões de forma integrada. Neste sentido, o paradigma do dom mistura, indissociavelmente, obrigação e liberdade, interesse e desinteresse, delineando com bastante eloquência o plano sobre o qual essas perspectivas podem se harmonizar. Para tanto, dispõe-se a analisar como se gera o vínculo social não a partir dos indivíduos, nem a partir de uma totalidade social, mas a partir de seu

meio, de forma horizontal, considerando o conjunto das inter-relações que ligam os indivíduos e os tornam atores sociais (Caillé, 2002).

Conforme Reinhardt (2006), ao analisar o vínculo propriamente, a teoria da dádiva possibilita apreender, através da significação, a dimensão das trocas sociais sem o espectro dualista que freqüentemente assombra as ciências sociais, atribuindo sentido à ação do agente e não às suas intenções (individualismo) ou a um sistema simbólico que o conduz (holismo). A perspectiva do dom compreende que a sociedade é primeiramente instituída por uma dimensão simbólica e propõe a idéia de sociedade enquanto fenômeno total, ou seja, um todo integrado que deve ser analisado a partir das múltiplas significações que articulam atores e instituições sociais em uma única e mesma rede (Martins, 2004).

2.2.3 A dádiva enquanto sistema

Assim como o mercado e o Estado, também a dádiva deve ser compreendida como um sistema que, conforme afirma Godbout (1999), é o sistema social como tal: *“a dádiva constitui o sistema das relações propriamente sociais na medida em que estas são irredutíveis às relações de interesse econômico ou de poder”* (Godbout, 1999, p.22).

Apesar da crença no desaparecimento da dádiva, Godbout (1999) acredita que ela se mantém fortemente presente na modernidade. Este autor sustenta que a dádiva diz respeito à totalidade da existência social e que, mesmo nos dias atuais, *“nada pode se iniciar ou empreender, crescer e funcionar se não for alimentado pela dádiva”* (Godbout, 1999, p.20).

Buscando ilustrar essa sistemática, Godbout (1999) discorre sobre a função da palavra como indício de tal asserção. Segundo este autor, *“são principalmente palavras, frases e discursos que o ser humano produz e troca com os demais”* (Godbout, 1999, p.21) e elas só podem circular se a relação que

as autoriza e que delas se alimenta for previamente criada e simbolizada. As palavras não têm, a princípio, um valor utilitário e sua função principal é circular. Simmel (1983) considera que, de fato, entre todos os fenômenos sociológicos, a conversa é a forma mais pura e elevada de interação, constituindo uma relação que não pretende ser nada além de uma relação.

Embora seja mais nítido no plano das relações interpessoais, o sistema da dádiva também pode ser encontrado no plano das relações funcionais através da confiança na reciprocidade que, alimentada de forma subjetiva pelos envolvidos, reporta à continuidade da relação (Martins, 2004). A confiança, essencial para que qualquer relação se estabeleça (Godbout, 1999), não nasce de contratos jurídicos e formais, por mais elaborados que sejam, mas da relação interpessoal e da expectativa de que o parceiro da troca - seja ela simbólica ou material - retribua o bem oferecido.

O valor-confiança constitui um atributo que apenas se desenvolve primariamente no nível das relações de dádiva, no dar ao outro (espontaneamente) um crédito de honra, no acreditar que ao se dar esse crédito a alguém ele será retribuído com algo que faça circular adequadamente a confiança inicialmente depositada.

“[...] o sistema da dádiva tende a influir sobre a construção das práticas que dão suporte ao funcionamento das instituições sociais, sendo a confiança um dos primeiros bens simbólicos a circular a favor da validação da relação social. Sem ela nem o Mercado, nem o Estado, nem a Política, nem a Religião, nem a Ciência funcionam” (Martins, 2004, p.6).

A modernidade, contudo, só reconhece a dádiva como elemento do passado, inexistente nas sociedades contemporâneas. Essa negação, declara Godbout (1999), reflete a força do pensamento utilitarista, que obscurece a forma como o individual e o coletivo interagem no todo social. Essa visão

transmite a imagem do indivíduo egoísta e confinado aos espaços funcionais da sociedade, mas não considera que além dos contornos do mercado ou da burocracia esse indivíduo participa da vida comunitária e possui redes sociais.

É legítimo afirmar que a dádiva não tem a sua realidade percebida pelo pensamento moderno e, segundo Godbout (1999), a crença de que para haver dádiva ela precisa ser gratuita, contribui para ocultá-la. Acredita-se que, como essa gratuidade é impossível, a dádiva também é impossível. Realmente, a dádiva gratuita não existe, pois sua função é estabelecer vínculos sociais e estes não acontecem sem retorno e nem se consolidam através de atos unilaterais e descontínuos. Sendo assim, Caillé (2002) esclarece que a dádiva privilegia os interesses de aliança e de solidariedade em detrimento dos interesses instrumentais, não devendo, portanto, ser concebida pela gratuidade.

Godbout (1999) observa que costumeiramente as ciências sociais interpretam “*a história e o jogo social como estratégias de agentes racionais que procuram maximizar a satisfação de seus interesses materiais*” ou que concentram todos os seus esforços na busca do poder. Essa tradição do pensamento leva a crer que existem apenas dois grandes sistemas de ação social: “*o sistema do mercado, onde se confrontam e se harmonizam os interesses individuais, e o sistema político, estruturado pelo monopólio do poder legítimo*” (Godbout, 1999, p.23). Mas como este autor argumenta, a instância secundária, composta pelo mercado e pelo Estado não é a única e nem a principal dimensão que constitui a sociabilidade do ser humano. É importante lembrar que, antes de ocupar funções econômicas, políticas ou administrativas, ele se constituiu como pessoa no registro da sociabilidade primária, composta pelas relações interpessoais familiares, de vizinhança, de camaradagem e amizade.

Martins (2004) reforça a concepção da dádiva como um sistema ao lembrar que,

“a sociedade moderna não é regida por uma lógica, mas por uma pluralidade de lógicas. Nesta perspectiva pode-se avançar que enquanto o mercado é regido por um sistema de trocas equivalentes (dar-pagar), o Estado conhece um outro sistema de reciprocidades (receber-devolver), enquanto a sociedade civil é regida por um sistema de trocas não equivalentes: o dar-receber-retribuir. A lógica mercantil não é supérflua como foi pensado por certos setores da esquerda no século XX, tendo importância central para a existência da ordem moderna e para a liberdade individual. Mas é um erro imaginar que a lógica mercantil pode substituir o Estado ou as práticas comunitárias e associativas respectivamente na proteção e na invenção do social [...]. A invenção do social apenas ocorre a partir da solidariedade entre os indivíduos, isto é, a partir do risco de se tomar uma iniciativa espontânea de doação sem garantias de retorno e, igualmente, do risco de se aceitar espontaneamente algo de alguém. Esta iniciativa sempre incerta e paradoxal de doação, recebimento e devolução é conhecida como a aposta no dom, aposta na qual o valor da relação em si é tido como mais relevante que o valor das coisas ou dos usos” (Martins, 2004, p.7).

É importante ressaltar que a postura conceitual da dádiva não implica menosprezar a força e a legitimidade dos interesses materiais e utilitários, e nem afirma que o ser humano age por puro desinteresse. De acordo com Caillé (2002), essa postura crítica apenas sugere que nenhuma sociedade se ergue somente através do contrato e do utilitário, reiterando que a solidariedade, indispensável a qualquer ordem social, somente surge a partir “*da subordinação dos interesses materiais a uma regra simbólica que os transcenda*” (Caillé, 2002, p.46).

Godbout (1999) enfatiza que os estudiosos da dádiva, ao contrário do que se possa pensar, não preconizam a eliminação nem do Estado, nem do mercado, uma vez que a sociedade atual necessita desses aparelhos para a sua sustentação.

Na verdade, a compreensão da dádiva, enquanto sistema de trocas básico da vida social, permite questionar a concepção característica da modernidade de

que a sociedade é mantida unicamente pela “ação planificadora do Estado” ou pelo “movimento fluente do mercado” (Martins, 2004, p.9). O entendimento da dádiva desfaz essa bifurcação e introduz a idéia da ação social como interação que ocorre em meio a uma pluralidade de lógicas não redutíveis umas às outras e nem aos determinismos calculistas sugeridos pelos teóricos neoliberais (Martins, 2004).

Convicto quanto a isso, Godbout (1999) alerta para a necessidade de romper com as explicações da prática humana propostas pelo utilitarismo e pelas teorias que apresentam o ser humano como um egoísta natural, sedento de poder, já que essas teorias, embora dotadas de pertinência, centralizam sistematicamente a ação no indivíduo isolado ou nos aparelhos que constituem a sociabilidade secundária.

Neste sentido, a dádiva compõe uma proposta teórica que sugere pensar a constituição das cooperativas populares e do conjunto das atividades coletivas com fins não lucrativos a partir dos vínculos de solidariedade e confiança, que na concepção de Caillé (2002) consistem na essência da associação. Para tanto, é preciso ter em mente que o dom não é destituído nem do interesse, nem da obrigação, mas dialetiza ambos propondo uma tipologia da ação que privilegia os interesses de aliança e solidariedade. Em outros termos, a dádiva pressupõe que a ação coletiva tem como propósito fundamental a constituição da aliança com outros indivíduos, sendo movida, simultaneamente e em proporções variáveis e instáveis, pelo interesse e pela obrigação. Nas palavras desse autor, *“o dom não deve ser pensado sem o interesse ou fora dele, mas contra o interesse instrumental. Ele [o dom] é o movimento que, para fins de aliança subordina os interesses instrumentais aos interesses não instrumentais”* (Caillé, 2002, p.145).

Assim, a dádiva concebe que a ação humana se desenvolve na intersecção de duas grandes oposições, quais sejam: a oposição da obrigação e

da liberdade somada à oposição entre o interesse pessoal e o interesse pelos outros.

2.2.4 Sociabilidade e dádiva

A dádiva na sociedade moderna possui particularidades que a distinguem da dádiva primitiva. De acordo com Godbout (1999), em muitas civilizações primitivas as trocas e os contratos se realizavam na forma de dádivas, mas, diferente do que ocorre em diversas instâncias da sociedade moderna, aquilo que é dado e retribuído não se resume a bens materiais imbuídos de valor econômico ou a simples acordos formais. Ao contrário, está repleto de significado e transcende a dimensão material.

Embora não seja completamente estranha às sociedades ditas arcaicas, a troca mercantil não interfere nas trocas cerimoniais e limita-se a prestações intermitentes. Nessas sociedades, o consumo de bens é um trabalho ritual e a lógica do valor das coisas permanece subordinada à do valor das pessoas. Essa afirmação contraria o evolucionismo economicista que insiste em ver na dádiva, e na permuta cerimonial, ancestrais do sistema econômico moderno. Segundo essa perspectiva, o dar para receber consiste, na verdade, em escambo, que com o passar do tempo foi racionalizado e desenvolvido graças ao surgimento da moeda (Godbout, 1999).

Essa linha de raciocínio, contudo, não tem fundamento, uma vez que o escambo, e até mesmo o mercado, não são ignorados pela sociedade primitiva, apesar de mantidos rigorosamente à sua margem. A moeda primitiva é, na verdade, um meio de troca social, cujo valor não é atribuído pela relação que mantém com as coisas, mas pela complexa conexão que mantém com as pessoas.

A moeda primitiva só circula em permuta com um número muito restrito de bens e apenas entre certo número de parceiros determinados. Ela não pode

percorrer qualquer caminho. “[...] a moeda primitiva não mede o valor das coisas, e sim das pessoas. Se ela mede o valor das coisas, é apenas indiretamente, por refração do valor das pessoas. Tanto assim que a moeda primitiva não permite comprar qualquer coisa” (Godbout, 1999, p.138).

A acumulação material não é a preocupação primordial das civilizações primitivas e a obrigação de dar, tão enfatizada por Mauss, contradiz as exigências da acumulação. Sendo assim, a dádiva não pode ser tratada, nessas sociedades, como um mecanismo de relação econômica entre os indivíduos, pois ela representa, muito além da simples troca de bens, a forma geral das relações que congregam os diversos elementos que compõem o cosmos⁶.

Enquanto a economia de mercado, própria da sociedade moderna, visa a produzir coisas por meio de coisas, a sociedade primitiva prioriza o relacionamento entre as pessoas, fazendo com que as coisas sirvam, através da dádiva, à geração e ao fortalecimento dos vínculos sociais. Conforme C. Gregory, a troca mercantil,

“é uma troca de objetos alienáveis entre pessoas que se encontram num estado de independência recíproca, traduzindo-se pelo estabelecimento de uma relação quantitativa entre os objetos trocados (...). Inversamente, a troca por dádiva consiste numa troca de objetos inalienáveis entre pessoas que se encontram num estado de dependência recíproca, traduzindo-se pelo estabelecimento de uma relação qualitativa entre os protagonistas” (Gregory apud Godbout, 1999, p.161).

Ocorre que a modernidade introduz uma ruptura radical entre o que Godbout (1999) chama de “pessoas-sujeitos” e o restante do cosmos, que passa a ser tratado como objeto subordinado ao domínio da produção. O indivíduo

⁶ A dádiva primitiva circula entre todos os elementos do universo do qual faz parte, o que inclui os humanos, os animais, vegetais, minerais, os antepassados, os espíritos e os deuses (Godbout, 1999).

vende a sua força de trabalho e torna-se instrumento da estrutura racional e burocrática hegemônica que se baseia no princípio da impessoalidade e da padronização, ou seja, da negação do único.

Nessa objetificação do mundo, a sociedade moderna dá origem a novas formas de dádiva, cujo circuito passa a operar em instâncias específicas que compensam o caráter funcionalista da sociabilidade secundária, constituída pelo mercado e pelo Estado (Caillé, 2002). Dentre essas esferas encontra-se o espaço das relações pessoais, das redes individuais íntimas e personalizadas, que consiste na sociabilidade primária, e é considerada a dimensão “natural” da dádiva na sociedade moderna. Esse ambiente “*serve para lembrar a todo indivíduo que ele é único*” (Godbout, 1999, p.171) e reserva a cada um a condição de construir a sua singularidade social. Em outras palavras, é onde o ser conserva a qualidade de sujeito e encontra meios de se distinguir da sociedade.

Caillé (2002) observa que as sociedades primitivas desconheciam a separação dos espaços de sociabilidade, não havendo motivos para a existência de redes individuais e nem para que o circuito da dádiva atuasse como construtor da unicidade dos seres, pois estes são únicos em toda parte e não são instrumentos em parte alguma (Godbout, 1999). Na modernidade, contudo, a personalidade social concreta dos atores é abstraída da sociabilidade secundária, cujo imperativo é o da funcionalidade dos agentes. Isso faz com que a lógica da ação se distinga da linguagem da dádiva, tornando-se irreduzível ao domínio das relações entre as pessoas. Sendo assim, a obrigação de dar, receber e retribuir não se manifesta mais de maneira dominante, a não ser no seio da sociabilidade primária ou na forma bastante transformada e específica da sociedade moderna que é a dádiva a estranhos (Caillé, 2002).

A dádiva entre estranhos compõe a quarta esfera⁷ do sistema de circulação de coisas, materializada em uma diversidade de grupos comunitários que se constituem livremente com a finalidade de prestar serviços. São diferentes formas de associação que podem ter ligações com o Estado e com o mercado e ser por eles financiados, mas que se distinguem por ter a dádiva “no centro do sistema de circulação das coisas e serviços” (Godbout, 1999, p.81).

Essas organizações têm o caráter de dádiva visto que são criadas livremente, a partir de iniciativas da sociedade civil, tendo como principal finalidade o bem estar social.

Conforme Godbout (1999), a dádiva entre estranhos pode ser agrupada em duas categorias: organismos beneficentes e grupos de ajuda mútua. No primeiro caso, os serviços prestados são voluntários, sem retorno aparente, já que a retribuição está no próprio ato de dar. No segundo, as ações são baseadas na reciprocidade, estabelecendo claramente o circuito da dádiva de dar, receber e retribuir, havendo uma responsabilidade de transmitir o que se recebe. Incluem-se, neste último caso, os empreendimentos concernentes à economia solidária.

Classificando como espetacular o desenvolvimento do voluntariado e do engajamento associativo no mundo, Caillé (2002) atribui às insuficiências do Estado e do mercado a dilatação de tais fenômenos. Conforme este autor, a incapacidade das dimensões mercadológica e estatal em responder a problemas e necessidades sociais faz com que, além das solidariedades tradicionais, próprias da sociabilidade primária, sejam criadas novas formas de solidariedade, expressas “através das cooperativas sociais, das associações e do conjunto das atividades coletivas com fins não lucrativos” (Caillé, 2002, p.141).

Esse engajamento associativo e voluntário ocorre, em primeira instância, sob a denominação da dádiva, uma vez que “*o motor da ação tem origem no*

⁷ Segundo Polanyi (2000), o sistema de circulação de coisas compõe-se de três esferas: o mercado, o Estado e a instância doméstica.

vínculo existente entre os membros da organização ou entre a associação e a pessoa ajudada” (Godbout, 1999, p.89). Como bem destaca Vizeu (2006), nas organizações substantivas as relações interpessoais são de grande magnitude e entre os membros há um alto grau de afetividade e solidariedade, rompendo com a lógica impessoal e com o calculismo das relações sociais secundárias.

Sendo assim, o fato associativo, orientado pelo registro da dádiva, não pode ser considerado um espaço de sociabilidade secundária. Mesmo quando as associações sofrem interferências dessa esfera, as pretensões funcionais permanecem subordinadas a um princípio de personalização que recorre a modalidades típicas da sociabilidade primária. Por outro lado, as relações constituídas no seio dessas organizações preservam um caráter facultativo e revogável que não condiz com as designações próprias dos vínculos primários.

Dessa forma, Caillé (2002) acredita que “*o fato associativo se desenvolve na interface da primariedade e da secundariedade*”, do privado e do público, operando “*uma mescla e uma transformação de lógicas opostas*” (Caillé, 2002, p.149) que permite realizar tarefas funcionais sob a forma da personalização e formar alianças em escalas macrossociais sem renunciar à forma da microsociedade. Neste sentido, a associação inaugura aquilo que se pode denominar *espaços públicos primários*, assentados sobre o interconhecimento.

Essa mescla, na opinião de Godbout (1999), constitui “*uma nova forma de sociabilidade a ser pensada*” (Godbout, 1999, p.89), esboçando o que pode compor um sistema de dádiva nos dias de hoje e oferecendo uma preliminar da sociedade e das relações humanas diante da superação do individualismo e da estrutura burocrática predominante.

Isso porque, enquanto a economia de mercado está assentada sobre o princípio da liberdade e do interesse privado, e o Estado se baseia na coerção para que o interesse público seja alcançado, a associação, tal como a dádiva,

realiza o bem comum por meio da integração dos princípios de liberdade e de obrigação.

É importante ressaltar que, nessa perspectiva, a idéia de bem comum não constitui a primazia das identidades coletivas sobre os direitos à liberdade individual, mas o entendimento de que a vida associativa pode constituir um elemento diferencial importante para se pensar uma moral do indivíduo que seja compatível com a sobrevivência do coletivo democrático (Martins, 2004, p.3).

Os princípios da liberdade e da obrigação e, por conseguinte, da democracia e da justiça social também estão presentes nos ideais utópicos do cooperativismo social-reformista ou “rochdaleano”, especialmente, na sociedade concebida por Robert Owen, considerado o fundador do chamado “socialismo utópico”. Neste sentido, na próxima seção será tratada a ação coletiva na perspectiva teórica e ideológica do cooperativismo social-reformista.

2.3 A ação coletiva nas ideologias de cooperação

2.3.1 A ação coletiva e a cooperação nos ideais utópicos do cooperativismo

A cooperação sempre esteve presente na história humana como uma alternativa de sobrevivência ou uma solução para momentos de crise. Considerado etimologicamente, o termo cooperação significa operar junto com alguém e pode ser entendido como colaboração ou o ato pelo qual pessoas unem seus esforços e recursos no sentido de alcançarem objetivos comuns. Do ponto de vista sociológico é uma forma de interação e de integração social que se dá a partir de uma ação conjugada. Quando orientada conforme estatutos previamente estabelecidos, dá origem a organizações sociais dentre as quais encontram-se as cooperativas (Pimentel, 2006).

Todas as iniciativas de cooperação ocorridas até o final do século XVIII eram informais e não sistemáticas, como as formas de ajuda mútua existentes entre a população rural de vários países. A cooperação mais organizada,

realizada de acordo com certos parâmetros axiológicos e metodológicos, surgiria apenas a partir do século XIX com a pretensão de instaurar um novo sistema⁸ econômico e social. É quando surge o cooperativismo, um novo modelo conceitual, construído e aperfeiçoado na vivência concreta, e inspirado nas orientações e doutrinas defendidas pelos socialistas utópicos⁹ (Schneider, 1999).

Segundo Schneider (1999), o cooperativismo surgiu como reação à grave crise econômica e social disseminada pelo capitalismo no século XIX, como forma de modificar o conjunto das circunstâncias e o ambiente social para criar um espaço que proporcionasse maior dignidade para o trabalhador.

Santos & Rodriguez (2002) explicam que, desde as suas origens, o cooperativismo se desenvolveu como alternativa tanto ao individualismo liberal quanto ao socialismo centralizado. Um dos componentes dessa ideologia, o pensamento associativista, baseia-se na defesa de uma economia fundada em princípios não capitalistas de cooperação e mutualidade, bem como na preferência por formas de organização política pluralistas, em que a sociedade civil ocupa papel central. Um outro componente, a prática cooperativa, inspira-se nos valores de autonomia, democracia participativa, igualdade, equidade e solidariedade para conduzir as atividades econômicas.

Entre os que contribuíram para a emergência do cooperativismo, Robert Owen e William King, na Inglaterra, Charles Fourier, Michel Derrion, Philippe Buchez, Pierre-Joseph Proudhon e Louis Blanc, na França, são considerados os principais precursores do cooperativismo em termos de concepções ou experiências. As idéias defendidas por esses pensadores e reformadores

⁸ Os defensores do cooperativismo esperavam que, ao final do processo de expansão das cooperativas, fossem constituídas “colônias cooperativas autônomas” que, na medida em que multiplicassem, pudessem transformar a sociedade capitalista e competitiva em uma sociedade solidária e fundada na cooperação (Schneider, 1999).

⁹ O socialismo utópico é compreendido como o conjunto de doutrinas socialistas pré-marxistas (Noronha, 2004) cujos seguidores cultivavam ideais de justiça e fraternidade, e condenavam as modificações provocadas pela Revolução Industrial sobre as formas de organização da sociedade (Pimentel, 2006).

convergem, conforme Schneider (1999), em características fundamentais ao movimento cooperativo. Dentre elas, destacam-se a idéia da associação como expediente de luta por objetivos comuns, a cooperação na organização do trabalho como ação emancipadora dos operários e a ação da ajuda mútua na defesa dos interesses do trabalhador. Também se pronunciam o capital como um meio para a realização dos objetivos da cooperação, a necessidade de integração e articulação entre empreendimentos cooperativos, o caráter democrático das decisões e a constituição de um sistema sócio-econômico predominante, baseado na cooperação.

De acordo com Santos & Rodriguez (2002), foi a partir desses fundamentos que os primeiros cooperados contemporâneos, conhecidos como pioneiros de Rochdale, sistematizaram em estatuto os princípios que passaram a guiar as cooperativas em todo o mundo. Estes princípios são:

- a) vínculo aberto e voluntário;
- b) controle democrático por parte dos membros, sendo as decisões fundamentais tomadas de acordo com a premissa “um membro um voto”;
- c) participação econômica dos membros no sentido de obter proveitos de acordo com a contribuição prestada;
- d) autonomia e independência em relação ao Estado e a outras organizações;
- e) compromisso com a educação dos membros da cooperativa para lhes facultar uma participação efetiva;
- f) cooperação com outras cooperativas através de organizações locais, nacionais e mundiais;
- g) contribuição para o desenvolvimento da comunidade em que a cooperativa está situada.

Segundo Paul Lambert (apud Schneider, 1999), o que conferiu mérito aos pioneiros, entre outras coisas, foi aproveitar fundamentos isolados de experiências anteriores e realizar uma síntese original destes princípios, dando-lhes sua expressão definitiva. O cooperativismo emerge, então, como um modelo de inserção econômica que situa o trabalhador no centro do processo produtivo, se destacando como alternativa de trabalho forjada por meio de uma racionalidade flexível e compatível com os princípios da solidariedade e da democracia (Nascimento, 2003).

A cooperativa de Rochdale, bem como as primeiras cooperativas, não possuía funcionários, sendo as atividades da organização desempenhadas pelos próprios associados. Na medida em que realizavam o trabalho e participavam das decisões, não havia separação entre concepção e execução do trabalho, condição essencial para a autogestão¹⁰ (Cançado, 2007).

Porém, no final do século XIX, com o aumento do tamanho e da respectiva movimentação financeira, as cooperativas dispensaram a autogestão plena e passaram a contratar funcionários, reproduzindo, até certo ponto, a lógica de exploração do trabalho que as primeiras cooperativas combatiam.

Além disso, outras mudanças ocorreram nessas organizações que, antes autônomas e independentes nas suas atividades, receberam o reconhecimento do Estado, gerando, conforme Cançado (2007), um arcabouço jurídico que passou a sustentar sua estrutura. Houve, então, a institucionalização desses grupos ao longo do século XX, tornando-os praticamente um apêndice do aparelho estatal.

Em função desse processo, as cooperativas encontraram dificuldades para conservar a plenitude de sua base democrática e, progressivamente, as decisões foram se concentrando em uma elite diretorial, o que trouxe, de certo modo, a hierarquização para o contexto dessas organizações (Thiollent, 2006).

¹⁰ A autogestão, em seu sentido mais amplo, designa o exercício coletivo do poder (Dorneles, 2007).

Da experiência de Rochdale, permaneceram os princípios de associação cooperativa considerados fundamentais e o pressuposto de que a sociedade cooperativa não pode ser empregada para fins de aplicação capitalista. No entanto, Araújo (1982) argumenta que o sistema cooperativo não segue uma filosofia rígida, não assume a condição de dogma. Sendo assim, admite-se que, existindo no seio da sociedade capitalista, sua filosofia tende a emanar das práticas que considera mais adequadas para manter sua existência. Em outras palavras,

“a organização cooperativa, porque inserida no sistema capitalista, acaba por corresponder às exigências deste para sobreviver como associação. Portanto, em suas características organizacionais, uma cooperativa [...] coincide com os pontos vitais da própria gênese da produção capitalista” (Araújo, 1982, p. 89).

Nessas circunstâncias, a cooperação ao nível idealista fica situada mais no campo discursivo, enfatizando a causa comum e propondo atingir esferas universais, ao passo que a cooperação no sentido objetivo destaca o plano que a orienta, pretendendo que a realização de suas atividades resulte, em última instância, na multiplicação do capital e no crescimento do patrimônio institucional, o que inevitavelmente a identifica com a própria lógica do sistema capitalista (Araújo, 1982).

Isso explica por que nem a prática cooperativa nem o pensamento associativo que lhe serve de base chegaram a ser predominantes enquanto forma de organização social. Conforme declarou Hirst (apud Santos & Rodriguez, 2002), o associativismo jamais alcançou o amadurecimento necessário para se converter em uma ideologia capaz de resistir aos ataques provenientes tanto do socialismo centralizado quanto do liberalismo individualista. Em outras palavras, o cooperativismo deu forma a experiências exemplares de cooperação baseada na solidariedade, mas não conseguiu se impor ao capitalismo.

Convém, contudo, ressaltar que a teoria e as práticas cooperativas têm desafiado as conjecturas pessimistas quanto à sua capacidade de se reproduzir. Resgatando os elementos centrais do pensamento associativista e os ideais do cooperativismo, a economia solidária vem emergindo como um conjunto de atividades econômicas cuja lógica se distingue tanto da lógica do mercado capitalista quanto da lógica do Estado, propondo formas alternativas de organização social (Santos & Rodriguez, 2002).

2.3.2 A ação coletiva e a cooperação na economia solidária

A compreensão da economia solidária, na opinião de França Filho (2007), supõe repensar o fato econômico, cuja noção predominante¹¹ remete à idéia de mercado ou troca mercantil. Conforme este autor, enxergar a economia apenas por essa lente significa tratá-la de forma reducionista, como uma questão de escolha racional, em que os recursos são escassos e o comportamento do indivíduo está pautado apenas pelo cálculo utilitário de custos e benefícios.

De acordo com Laille et al. (2006), essa definição da economia, relacionada às noções de utilidade e escassez, esquece seu outro sentido possível, que integra a dependência entre seres humanos e entre estes e a natureza. Enxergá-la em sua definição substantiva, por outro lado, aborda a economia como um processo de interação entre o homem e a natureza que possibilita um abastecimento regular de meios materiais para a satisfação de necessidades (Caillé apud França Filho, 2007). Este sentido não só resgata a concepção aristotélica de economia como a própria etimologia da palavra, reportando à “noção de ciência da boa gestão da casa (oikós), ou das condições materiais de existência” (França Filho, 2007, p.158). Em síntese, tal compreensão pode associar a idéia de economia a toda forma de produção e

¹¹A economia mercantil está imbuída de grande legitimidade no mundo contemporâneo, repercutindo nas dimensões da vida social e na maneira de concebê-la (Laille et al., 2006).

distribuição de riqueza, o que significa assumir o pressuposto de uma economia plural.

Diante disso, Lavelle et al. (2006) sustentam que a economia moderna pode ser apreendida a partir de três princípios de circulação de bens e serviços: do mercado, da redistribuição e da reciprocidade. O princípio do mercado, marcado pela impessoalidade e pela equivalência monetária, permite que a conexão entre ofertante e demandante se estabeleça numa base contratual a partir de um cálculo de interesse. A redistribuição, pautada pela verticalização da relação de troca e por seu caráter obrigatório, compreende uma autoridade central (o Estado) que se apropria dos recursos a fim de reparti-los. Já a reciprocidade corresponde ao vínculo estabelecido entre grupos ou pessoas através de prestações que manifestam o propósito de se instaurar um laço social. Pautado pela lógica da dádiva, esse ciclo se opõe à troca mercantil por ser indissociável das relações humanas, e se distingue da troca redistributiva por não estar submetido a um poder central.

Reconhecendo a diversidade de princípios econômicos existentes, permite-se considerar a economia pela ponderação entre suas extremidades, que Lavelle et al. (2006) chamam de tripolaridade. Trata-se, nas palavras destes autores, “*de identificar no funcionamento da economia real, de um período e de um contexto dados, as modalidades de mobilização dos diferentes princípios econômicos para caracterizá-la enquanto economia plural*” (Lavelle et al., 2006, p.14).

A noção de economia plural permite ampliar o olhar sobre o econômico, enxergando além da visão dominante que reduz seu significado à idéia de economia de mercado (França Filho, 2007). A partir dessa compreensão, as práticas de economia solidária podem ser abordadas como atividades que são empreendidas com o intuito de democratização da economia, supondo para a sua

realização uma subordinação do princípio do mercado às proposições da reciprocidade (Laville et al., 2006).

O termo economia solidária, segundo França Filho (2002), identifica, enquanto conceito, uma série de experiências organizacionais inseridas nas chamadas “novas formas de solidariedade”, que fazem alusão a iniciativas cidadãs não condizentes com as formas de solidariedade típicas das sociedades tradicionais¹².

Originalmente, a concepção de economia solidária remete aos trabalhos de Jean Louis Laville e Bernard Eme os quais, através desse termo, procuraram retratar a emergência e proliferação de formas organizativas que indicam a junção das noções de iniciativa e solidariedade e a inscrição dessa última na composição de atividades econômicas. Enquanto fenômeno, a economia solidária está ligada à problemática da exclusão social crescente e à perspectiva de encontrar novas formas de regulação da sociedade atual (França Filho, 2002).

Trata-se, na perspectiva de Lima (2001), de uma economia voltada para a satisfação das necessidades dos seres humanos, no sentido do bem estar “de todos e para todos”, vista como caminho para uma nova forma de ordenar a produção e distribuição de bens e serviços na sociedade capitalista que, a partir da solidariedade, cria vínculos de organização e de comunidade.

De acordo com Gaiger (2006), as chamadas iniciativas solidárias contêm um caráter coletivo tanto na gestão e na posse dos meios de produção quanto no processo de trabalho, o que minimiza a presença de relações assalariadas e provoca o envolvimento com as questões da cidadania. Tendo em comum esse aspecto, as experiências se apresentam sob formas diversas, variando em função de seus protagonistas, suas origens e motivações, suas atividades econômicas, entre outros elementos.

¹² A organização dessas sociedades está pautada na chamada solidariedade mecânica (Durkheim) ou socialidade comunitária (Weber), em que os laços são “mecânicos”, devendo-se às similitudes que os membros do grupo social compartilham (Quintaneiro, 2003).

Nas palavras de Lima (2001),

“a economia solidária fundamenta-se em organizações sociais do trabalho, caracterizadas por serem iniciativas associativas, nas quais os laços solidários constituem o princípio básico. Em geral, prima-se pela não-mercantilização das relações de trabalho e fala-se em lucro social” (Lima, 2001, p.1).

Conforme Singer (2000), a economia solidária não provém de uma produção intelectual, embora muito de seu desenvolvimento se deva aos grandes pensadores e realizadores do cooperativismo no século XIX, mas advém de um processo contínuo gerado pelos trabalhadores em luta contra o capitalismo, de modo que para compreender sua lógica, é fundamental considerar a crítica socialista e operária ao sistema em questão.

Acima de tudo, o que a economia solidária condena é a ditadura do capital sobre o trabalho e a crescente desigualdade entre os proprietários dos meios de produção e aqueles que vendem a sua força de trabalho. Tanto que estabelece suas bases sobre a propriedade e a gestão coletiva dos meios de produção e distribuição, recusando a divisão da sociedade em uma classe proprietária dominante e uma classe subalterna sem propriedade (Singer, 2005). Benini (2003) acredita que as razões e especificidades da economia solidária são determinadas pelo contexto histórico, uma vez que,

“questões referentes ao desenvolvimento econômico, desemprego, financeirização da riqueza, organização do trabalho, convergem para a proposta de construção de outras instituições e setores econômicos, pautados por outras lógicas e princípios” (Benini, 2003, p.11).

Os resultados desse processo histórico Singer (2000) sintetiza da seguinte forma:

- a) homens e mulheres vitimados pelo capital organizam-se como produtores associados visando, além de uma fonte de renda, a reintegrar-se à divisão social do trabalho;
- b) pequenos produtores de mercadorias, do campo e da cidade, se associam para comprar e vender em conjunto, visando a economias de escala, e eventualmente criam empresas de produção socializada;
- c) assalariados se associam para adquirir em conjunto bens e serviços de consumo, visando a ganhos de escala e melhor qualidade de vida;
- d) pequenos produtores e assalariados se associam para reunir suas poupanças em fundos rotativos que lhes permitem obter empréstimos a juros baixos e eventualmente financiar empreendimentos solidários;
- e) os mesmos criam também associações mútuas de seguros, cooperativas de habitação, etc.

Esse autor qualifica tais iniciativas como de cunho não-capitalista, pois são constituídas por pessoas excluídas da posse dos meios “sociais¹³” de produção e distribuição.

A partir dessa junção, a economia solidária pode ser compreendida como um fenômeno que reveste diferentes formas de organização onde os cidadãos agem em conjunto, seja para criar sua própria fonte de trabalho, seja para ter acesso a bens e serviços de qualidade, numa dinâmica de reciprocidade que articula os interesses individuais aos coletivos (Roca, apud Tauile, 2002).

A problematização da economia solidária, contudo, requer uma apreensão de seus elementos constitutivos e da forma como se articulam em seu

¹³ De acordo com Singer (2005), os meios “sociais” de produção são aqueles que só podem ser operados coletivamente, e é a concentração da propriedade destes em poucas mãos que caracteriza o capitalismo. A propriedade privada de meios “individuais” de produção, ao contrário, caracteriza a pequena produção de mercadorias, não o capitalismo, e os trabalhadores que possuem seus próprios meios de produção tendem a integrar a economia solidária.

contexto. Diante disso, Benini (2003) define a autogestão, a solidariedade e a sustentabilidade como aspectos que dão sentido a essa proposta.

A autogestão implica na forma como o trabalho é organizado, ou seja, sem a existência da relação patrão-empregado. Cada membro do grupo é, a um só tempo, sócio e proprietário, o que leva à negação do trabalho como mercadoria e à desalienação quanto aos processos e conteúdos do mesmo. A solidariedade, por sua vez, é tida como um princípio fundamental, construtor dos vínculos, e entendida como a conscientização de que o sucesso de cada um depende do sucesso coletivo de todos. Neste aspecto, a autogestão exerce um papel importante, na medida em que incentiva tal empatia e coloca cada pessoa participante em patamares iguais. Já a sustentabilidade leva em consideração as dimensões econômicas (sobrevivência do empreendimento), sociais (geração de trabalho como um elemento integrador) e ambientais (interação entre os seres humanos e a natureza). Aqui a solidariedade é entendida de forma ampla, sob um ponto de vista sistêmico, no sentido de que tudo o que é feito concretamente por um impacta os outros.

Gaiger (2006) também percorre o terreno das peculiaridades que constituem a economia solidária, ao articular os elementos autogestão e trabalho cooperativo. Dessa combinação concebe que estes configuram formas sociais não-capitalistas, pautadas por fatores de eficiência não-convencionais. Nesse sentido, caracterizam-se pela presença de uma racionalidade fundada em vínculos de reciprocidade, cujo forte conteúdo simbólico e projetivo determina os comportamentos e as fronteiras entre interesses individuais e coletivos. É em face desses elementos que a experiência vivenciada na iniciativa solidária propicia novos processos de subjetivação com sentido emancipatório.

Tais processos emergem do que Singer (2005) chama de reeducação coletiva, em que é feita a transição da postura competitiva, própria do sistema

capitalista, para o comportamento cooperativo que fundamenta a economia solidária.

Conforme esse autor, no capitalismo as pessoas são educadas pela vida a reservar a solidariedade ao relacionamento comunitário, ou seja, aos que se ligam por laços de afetividade. No plano econômico, cada um está condicionado a consolidar seus interesses individuais, prevalecendo a lógica do mercado em que todos competem com todos, cada um visando maximizar seus ganhos. A norma implícita dessa racionalidade é que os ganhos de uns correspondem a perdas de outros.

Sendo assim, a prática da economia solidária, cuja proposta se sustenta na cooperação, exige que as pessoas formadas no capitalismo sejam reeducadas. Essa reeducação coletiva representa, na opinião de Singer (2005), um desafio pedagógico, pois trata-se de transformar a concepção de cada membro do grupo quanto às possibilidades de funcionamento da economia de mercado. Esse processo, contudo, não pode ser assimilado apenas em termos teóricos. É preciso que ocorra um verdadeiro aprendizado, que só se concretiza com a prática da reciprocidade. Para tanto, requer-se que sejam criadas situações em que a reciprocidade surja espontaneamente, sendo mais importante o sentimento que advém da prática solidária que a apreensão do comportamento adequado.

“Tanto dando como recebendo ajuda, o que o sujeito experimenta é a afeição pelo outro e este sentimento para muitos é muito bom. Tanto em competir como em cooperar, o sujeito sente-se feliz. Só que no primeiro caso, essa felicidade só é completa se ele vence e demonstra sua superioridade sobre os demais. No último, a felicidade é gozada toda vez que se coopera, independentemente do resultado” (Singer, 2005, p.16).

3 METODOLOGIA

Diante dos objetivos pretendidos, adotou-se a pesquisa teórica como procedimento metodológico, tendo a ação coletiva como categoria analítica principal. Essa modalidade de pesquisa tem como proposição avançar sobre um problema que pode ou não ter sido objeto de outras reflexões (Eco, 1977), de modo a ampliar generalizações, estruturar sistemas e modelos teóricos, relacionar e reunir hipóteses e gerar novas proposições pela dedução lógica (Oliveira, 1997).

De acordo com Medeiros (1991), a pesquisa teórica percorre o mesmo caminho seguido pela metodologia científica no que diz respeito à verificação de variáveis, observação de fatos e confrontação de conhecimentos adquiridos, mas, segundo Machado-da-Silva et al. (1990), limita-se a conceitos e proposições sem realizar exames empíricos.

Com base nessas concepções buscou-se, num primeiro momento, identificar a literatura relacionada à temática da ação coletiva para, em seguida, analisar, interpretar e compilar o conteúdo em questão. Nesse intuito, foram pesquisados livros, periódicos, relatórios de pesquisa, dissertações e teses que se referem ao tema deste trabalho.

O critério para a realização das leituras foi estabelecido a partir de um roteiro que se iniciou com os clássicos, prosseguiu com as interpretações dos mesmos e se encerrou com a leitura de teses, dissertações e artigos. Esse procedimento tem como propósito analisar com isenção a abordagem dos autores clássicos para, então, delinear o conteúdo no contexto dos estudos posteriores. No caso dos artigos, teses e dissertações procurou-se, principalmente, situar os principais avanços científicos na área.

Além disso, foram utilizados estudos de casos empíricos realizados por outros autores, no sentido de desenvolver reflexões teóricas dentro e entre esses

resultados de pesquisa. Esse procedimento metodológico tem respaldo científico nas ciências sociais, tendo como uma das referências bibliográficas o estudo de Geertz (1997).

4 COOPERATIVAS POPULARES NO BRASIL

4.1 Cooperativas populares: conceitos e características

As cooperativas populares são formas de organização da economia solidária que configuram uma reação à situação de desemprego e exclusão social, de iniciativa das camadas populares da sociedade (Pereira, Guedes e Jesus, 2005).

Na compreensão de Oliveira (2006), o que se considera conceitualmente como cooperativismo popular sugere o exercício da cooperação, da autogestão, da confiança mútua e da solidariedade, sendo por isso considerado uma alternativa às formas capitalistas de organização econômica. De acordo com este autor, uma cooperativa popular é aquela cuja dinâmica está vinculada a práticas que integram três dimensões - econômica, social e política - que, interligadas, possibilitam aos cooperados a condição de se tornarem, de fato, atores fundamentais de suas ações.

De acordo com o Portal do Cooperativismo Popular¹⁴, essa forma de organização constitui um movimento de trabalhadores pertencentes a setores economicamente excluídos, em situação de desemprego ou na informalidade que, com o objetivo comum de mobilidade e transformação social, se associam em cooperativas para ter acesso ao trabalho e conquistar direitos básicos de cidadania. Mais que um modelo de organização econômica para subsistência, as cooperativas populares, que são regidas pelo princípio da cooperação e da autogestão, compõem um movimento de luta para a transformação da realidade e construção de um modelo de desenvolvimento que combata as causas estruturais da pobreza.

O cooperativismo popular, para Guimarães (apud Oliveira, 2006), pode ser definido como uma prática a partir da qual os trabalhadores de baixa renda,

¹⁴ Disponível: www.cooperativismopopular.ufjf.br Acesso em: 28 jan. 2008.

integrantes das camadas populares e excluídos do mercado de trabalho, se organizam em novas formas de produção, distribuição e consumo que, indo além da geração de renda, possibilitam que o indivíduo conquiste a condição de sujeito¹⁵.

Na perspectiva de Gohn (apud Oliveira, 2006), as cooperativas populares compõem um conjunto de organizações que representam mais que uma forma de buscar condições econômicas para a sobrevivência, servindo para reforçar as lutas populares contra o atual estágio de desenvolvimento econômico orientado por preceitos liberalistas.

Para Cançado (2007), o que caracteriza o cooperativismo popular como tal é essencialmente a concepção de autogestão, uma vez que esse elemento é que proporciona aos membros da cooperativa uma nova forma de organizar e realizar a produção em que tanto o trabalho manual quanto o trabalho intelectual são exercidos por todos. Segundo esse autor, é a partir da autogestão que o empreendimento popular e solidário conquista a sua dimensão política, por desencadear um processo emancipatório em que o cooperado passa a se reconhecer como protagonista de sua história.

Nesse sentido, Oliveira (2006) acredita que as cooperativas populares estão ajudando não somente a configurar uma forma diferenciada de atuar em determinados setores da economia, mas também uma possibilidade de utilizar a atividade econômica como instrumento para buscar outras formas de inserção, sobretudo social e política.

Tendo em vista essas concepções, o cooperativismo popular emerge, possivelmente, como uma releitura da ideologia cooperativista do século XIX, que se baseava na defesa de um modelo de produção e de sociedade que se

¹⁵ Sujeito é um termo utilizado para representar o cidadão crítico da sociedade, aquele que participa, efetivamente, dos processos sociais e da democracia de forma autônoma. Para Figueiredo (1995, p.30) sujeito é aquele que possui a "capacidade de gerar leis e viver sob o império das leis por si mesmo consagradas (...) e de realizar sua liberdade positiva".

contrapõe à exploração do modelo capitalista. Tal como o cooperativismo que emergiu em decorrência da Revolução Industrial, o desenvolvimento do cooperativismo popular ocorre em resposta ao modelo econômico vigente. Nesse contexto, busca promover a mobilização e a formação de associações para gerar trabalho e renda, e para possibilitar a transformação da realidade social excludente.

Segundo Oliveira (2006), o surgimento das primeiras cooperativas está vinculado às lutas dos trabalhadores no século XIX contra a exploração e a exclusão que o capitalismo proporcionava. De maneira similar, as cooperativas populares emergem da mobilização dos trabalhadores modernos contra a exclusão e o desemprego no âmbito da globalização capitalista e de reestruturação produtiva. Dessa forma, os trabalhadores estão forjando uma nova forma de organização no que diz respeito tanto à posse quanto à gestão dos meios de produção.

Desse contexto emergem novas práticas baseadas na confiança, na cooperação e na solidariedade que, aliadas ao exercício da autogestão, proporcionam a materialização da cidadania dos trabalhadores desempregados e em condições de trabalho precarizado. Nesse sentido, o cooperativismo popular possui uma forte relação com a proposta da economia solidária (Oliveira, 2006).

4.2 A organização das cooperativas populares

Por estarem inseridas em uma sociedade conduzida por uma cultura individualista e estruturada de forma burocrática, as cooperativas têm o grande desafio de estabelecer a solidariedade e a autogestão entre seus integrantes, além de promover a capacitação técnica dos mesmos (Gallo, Dakuzaku e Eid, 2000). Diante disso, Rocha (2002) argumenta que o trabalho para a constituição de uma cooperativa popular exige, além de um apoio técnico e social para a formação da equipe, um acompanhamento avaliativo para analisar os desdobramentos das

atividades e as reações dos cooperados com o desenvolvimento e evolução da organização.

No caso do Brasil, Rocha (2002) observa que diversas entidades de apoio e fomento ao cooperativismo buscaram promover formas de organização e gestão do trabalho a partir de princípios mais democráticos e autônomos. Para tanto, alguns financiamentos subsidiaram a estruturação de cooperativas populares fundadas em bases solidárias. Especificamente, este autor ressalta a importância das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), que constituem um projeto de extensão universitária cujo objetivo consiste em promover, a partir dos princípios cooperativistas, a emancipação social e econômica de segmentos da população com alto grau de vulnerabilidade social.

Sob influência do movimento de incubação empresarial, mas apoiadas na incubação social, as ITCPs foram pioneiras no modelo gerador de trabalho, renda e consciência cidadã aos segmentos excluídos do espaço formal de trabalho. Nesse sentido, estabeleceram foco no desenvolvimento de cooperativas populares.

Segundo Meira (2005), a primeira Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares foi criada em 1995 no Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ) como resultado de um trabalho realizado junto aos habitantes desempregados das favelas da Maré¹⁶. Diante da experiência bem sucedida, que culminou na criação da Cooperativa de Manguinhos¹⁷, fundou-se o programa de incubação, coordenado por acadêmicos e alunos, voltado para empreendimentos populares e solidários.

O interesse de outras instituições de ensino superior pelo modelo levou, em 1998, à criação do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas

¹⁶ Complexo de favelas do Rio de Janeiro.

¹⁷ Cooperativa de prestação de serviços e produção industrial de louça sanitária.

Populares (PRONINC), que possibilitou a instalação de ITCPs na Universidade de São Paulo, na Universidade Federal de Juiz de Fora, na Universidade do Estado da Bahia e na Universidade Rural de Pernambuco. Em maio de 1999, reafirmando o compromisso com o desenvolvimento e o fortalecimento do cooperativismo popular, essas incubadoras criaram a Rede Universitária de ITCPs¹⁸, dando início a um movimento que hoje conta com 37 incubadoras em universidades de diversas unidades federativas do Brasil.

A metodologia de incubação adotada varia de acordo com a realidade e o contexto de cada ITCP, mas a todas é comum a ênfase nas soluções coletivas e a concentração nos aspectos trabalho, renda e cidadania, tendo o capital humano como principal expediente de emancipação social. Conforme Varanda e Cunha (2007), as incubadoras não oferecem ajuda financeira aos empreendimentos, mas o papel que cumprem na constituição das cooperativas se dá por meio de ações educativas, orientações para captação de recursos, capacitação técnica e qualificação profissional.

De acordo com o relatório¹⁹ da FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional) sobre pesquisa realizada no período de 2005 a 2007 com os empreendimentos incubados pela Rede de ITCPs e com as próprias incubadoras, essa Rede atende um público de 8.751 pessoas em 315 empreendimentos incubados. Esses empreendimentos incluem associações, cooperativas, grupos informais, micro-empresas autogestionárias e instâncias de intercooperação, tais como redes, centrais e articulações para o consumo ético e solidário. As cooperativas populares compreendem o equivalente a 38% (cerca de 120) dos empreendimentos incubados (Varanda & Cunha, 2007).

De modo geral, quase metade (47%) dos grupos incubados apresenta a propriedade coletiva dos equipamentos e instrumentos de trabalho, sendo a

¹⁸ Veja a relação das 37 Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares que formam a Rede Nacional em anexo a esta dissertação.

¹⁹ Elaborado por Varanda e Cunha (2007).

propriedade individual (25%) mais frequente no caso das associações (como as de produtores rurais e artesãos), nas quais apenas a comercialização é realizada de forma coletiva. Em relação à gestão, 81% dos empreendimentos possuem um estatuto que, em 66% dos casos, é de conhecimento da totalidade dos participantes. De acordo com Varanda e Cunha (2007), esse percentual é bem superior ao de empreendimentos registrados legalmente, o que reforça a importância desse instrumento para a coesão e organização interna dos coletivos. Em relação aos mecanismos de controle e planejamento gerencial, os mais utilizados são: controle de caixa, planilha de custos e projeção do fluxo de caixa. A realização de assembleias ou reuniões gerais, na maior parte dos grupos, ocorre em intervalos semanais, quinzenais ou mensais, indicando um esforço para uma gestão compartilhada e democrática dessas organizações.

Quanto ao perfil, os grupos incubados são constituídos, principalmente, por pessoas sem acesso ao mercado formal de trabalho. Nessa categoria incluem-se desde desempregados temporários até pessoas que nunca exerceram uma ocupação profissional. No geral, há uma maioria de homens (55%), percebendo-se a predominância das mulheres nos empreendimentos de menor porte e nas áreas têxtil e confecções, alimentos e artesanato, enquanto que a presença masculina é mais destacada nos empreendimentos de maior porte e nos setores agropecuário, industrial e de prestação de serviços. Em relação à remuneração, Varanda e Cunha (2007) chamam a atenção para o fato de que esta é superior no caso dos homens. No que diz respeito à escolaridade, a maioria não chegou a concluir o ensino fundamental, sendo que cerca de 10% não são alfabetizados. Para 66% dos participantes de grupos incubados, a ocupação no empreendimento representa a única atividade econômica exercida.

Retomando a questão da incubação, vale ressaltar que os procedimentos referentes à mesma não se esgotam na relação entre as incubadoras e os empreendimentos, mas incluem, também, a construção de redes de parceria e

cooperação, que envolvem diversos atores sociais e institucionais. Essas parcerias, na opinião de Varanda e Cunha (2007), buscam captar apoio para as atividades de incubação e ampliar tanto a visibilidade quanto a legitimidade e o alcance social dessas experiências. Dentre as instituições parceiras, destacam-se a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o Ministério da Educação (MEC), o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES).

4.3 Ação coletiva em cooperativas populares: alguns casos em análise

Os relatos apresentados neste tópico referem-se aos resultados de pesquisas realizadas em cooperativas populares e têm como finalidade ilustrar a discussão teórica feita até aqui. Tais casos dizem respeito a três cooperativas incubadas por ITCs consideradas referências no que diz respeito à incubação de empreendimentos solidários e expressões da orientação teórico-metodológica de constituição da economia solidária.

Boxe nº. 1 **Cooperativa do Sabor²⁰**

Segundo pesquisa relatada por Rufino (2005), a Cooperativa do Sabor surgiu a partir da mobilização de 20 ex-funcionários de um restaurante localizado na USP que entrou em crise por má administração. Diante das dívidas trabalhistas geradas por atrasos salariais e o não pagamento de benefícios previstos em lei, os trabalhadores assumiram o negócio e passaram a administrá-lo de forma autogestionária. Para tanto, foram incubados pela ITCP-USP e levados a um processo de aprendizagem que incluiu um curso de formação em cooperativismo e economia solidária, bem como a participação em fóruns, seminários e encontros relacionados a esses temas. Além disso, incorporaram a troca de conhecimentos no cotidiano do trabalho realizando treinamentos conduzidos pelos próprios cooperados.

Nos dois primeiros anos de sua existência, a cooperativa manteve reuniões quinzenais com a incubadora e, eventualmente, reuniões dos cooperados para tratar de questões relativas à produção, à gestão e ao relacionamento entre os sócios. Informalmente ocorriam reuniões consultivas no trabalho para decisões cotidianas que afetavam a produção e o atendimento.

Passados dois anos, entretanto, a cooperativa começou a enfrentar sérios problemas devido a pendências deixadas pelo antigo proprietário do restaurante. Por determinação da justiça, os sócios foram considerados sucessores da antiga empresa e tiveram que arcar com as dívidas trabalhistas da mesma. Diante disso, entraram em uma crise financeira, abalando profundamente a articulação do grupo, que ficou desmotivado e apático. Para agravar ainda mais a situação, a rotina de reuniões foi interrompida, bem como as sistematizações e formalizações das atividades de gestão, o que gerou desconfiança e descontentamento entre os sócios, desencadeando uma crise de relacionamento. Em função disso, houve um esvaziamento da cooperativa, reduzindo seu quadro social a apenas nove cooperados.

Dada essa redução, aqueles que permaneceram se viram compelidos a assumir as atividades antes realizadas por um contingente maior de integrantes. Ocorreram, então, algumas mudanças no processo de trabalho para garantir a execução plena de todos os afazeres. A organização do trabalho baseou-se em duas frentes: atendimento (balcão, caixa, serviços gerais) e cozinha (preparo dos alimentos), havendo rodízio das tarefas entre os cooperados que atuam em todas as atividades da cooperativa, sejam elas de gestão ou de produção.

Apesar do contexto que se formou, aqueles que permaneceram preservaram aspectos lúdicos em sua convivência, identificados nas brincadeiras masculinas, nas conversas entre as mulheres e nas integrações familiares. A ajuda mútua também se mostrou presente, tanto no processo de auto-regulação no trabalho, quanto nas questões pessoais. Esse indício de solidariedade pode ser ilustrado pelo episódio em que o grupo aceitou o retorno de um cooperado que havia se afastado para trabalhar em outro local. Decepcionado com a nova experiência e diante das dificuldades para se adaptar à condição de empregado, pediu para retornar à cooperativa e foi acolhido pelo grupo.

²⁰ Relato apresentado em Rufino (2005, p.102).

Boxe nº. 2 **Coopserv²¹**

A Coopserv surgiu, em Juiz de Fora, da iniciativa de organizar uma cooperativa de serviços gerais a partir do trabalho de extensão da ITCP-UFJF junto às comunidades do entorno do Campus Universitário. O projeto envolveu, em sua origem, cinco bairros da chamada Cidade Alta e a comunidade central Bairro Ladeira. Apesar da diversidade de origem dessas comunidades, o público-alvo apresentou semelhanças quanto ao perfil, por tratar-se de uma população composta, em sua maioria, de desempregados, sem a necessária qualificação profissional.

Conforme Heckert et al. (2003), que realizaram um estudo de caso sobre a Coopserv, a vulnerabilidade social foi o principal fator de motivação do grupo para a realização do empreendimento, sendo a diversidade profissional fundamental na definição ampla do objeto que compreendia serviço de limpeza, vigilância desarmada, jardinagem, lavanderia e cozinha, além de pequenos reparos na construção civil.

Após quatro meses de mobilização do grupo, buscou-se, a partir de Reuniões Gerais, a formação da cooperativa, resgatando-se coletivamente a compreensão sobre o cooperativismo e sobre o tipo de empreendimento que se propunha construir. Concluído este processo, organizou-se uma assembléia para eleição do presidente e lançou-se candidata ao cargo uma cooperada que não havia participado de todo o processo de incubação. Eleita, imprimiu uma orientação autoritária na cooperativa, dando início a uma fase tumultuada e conflituosa. Além disso, operacionalizou os dois primeiros contratos da Coopserv de maneira desigual, o que resultou em sérios desentendimentos reforçados pelo privilégio dado ao grupo que lhe era favorável. Seguiu-se um desencanto com a proposta da cooperativa, ocorrendo um desgaste e uma quase total dispersão do grupo. Diante da gravidade da situação, os cooperados fundadores que ainda participavam das atividades da cooperativa se articularam e, com a orientação da Incubadora, destituíram a presidente, passando por mais um processo de eleição, o que exigiu grande esforço e união dos membros.

Com a admissão de novos sócios, as relações no cotidiano do trabalho trouxeram à tona dificuldades, especialmente de incorporação da cultura cooperativa. Iniciou-se, então, um movimento de reestruturação e, após sucessivas discussões, a organização passou por ajustes. Nesse sentido, a persistência de alguns cooperados, as mudanças implementadas e a celebração de novos contratos foram fundamentais para a continuidade do empreendimento.

No entanto, os problemas do grupo não foram solucionados por completo. Em relação à integração, permaneceram focos geradores de conflito em função da aura de resistência e competição instalada entre determinados membros da equipe. A dinâmica de atuação dos cooperados assentou-se em disputas acirradas de espaço, com a imposição de posicionamentos e a inflexibilidade frente às dificuldades alheias. Estabeleceu-se um clima de discórdias e fofocas, tornando cada vez mais difícil a compreensão e aceitação do outro. Outro fator desencadeado foi a formação de subgrupos que se uniram em busca de interesses pessoais. A confiança acabou ficando comprometida, o que criou dúvidas em relação às verdadeiras intenções das pessoas e

²¹ Relato apresentado em Heckert (2003, p.129).

acarretou no distanciamento entre os membros. Instaurou-se um quadro de pessoas desmotivadas e com declínio em seu ritmo de trabalho.

Analisando o ambiente interno da cooperativa, os pesquisadores que realizaram este estudo de caso assinalaram a presença dos seguintes elementos negativos: receio de apresentar sugestões, impontualidade, falta de participação, desinteresse, falta de espírito cooperativo por parte de alguns membros e falta de motivação da maioria. Outra consideração apresentada foi a percepção de que, em muitos casos, o desejo é de se obter um trabalho formal ou uma fonte de renda, sendo a cooperativa apenas uma forma de inserção no mercado de trabalho.

Boxe n.º 3 **Coopama**²²

Localizada no Rio de Janeiro, a Coopama foi fundada por moradores do Complexo do Jacarezinho²³ que estavam desempregados ou em vias de desemprego. Incubada pela ITCP/COPPE/UFRJ, esta cooperativa oferece serviços de levantamento de patrimônio e reparos em áreas de construção civil, mas seu funcionamento gira em torno da coleta, separação e comercialização de materiais recicláveis. Logo que se constituiu, a Coopama foi contratada para prestar serviços à Usina Verde, um projeto da iniciativa privada que trabalha com a incineração de lixo urbano e cuja tecnologia foi, em parte, desenvolvida pela COPPE/UFRJ. Instalada na Ilha do Fundão, a usina recebe, diariamente, trinta toneladas de resíduos sólidos provenientes do recolhimento feito pela CONLURB, sendo que os rejeitos passíveis de reutilização ou reciclagem são separados pelos trinta e quatro catadores da Coopama que atuam em suas dependências.

Em função da parceria com a Usina Verde, a organização do trabalho na Coopama apresenta algumas restrições, já que não cabe aos cooperados definir horários, funções e a equipe de trabalho, ficando tais determinações a cargo dos gestores da usina. No que diz respeito à atuação dos sócios na cooperativa, percebe-se que as diretrizes partem da diretoria, havendo pouca participação dos cooperados na definição dos objetivos organizacionais e traços de subalternidade na relação com diretores e presidente, o que configura uma gestão verticalizada. As informações também parecem não fluir devidamente, já que alguns cooperados demonstram desconhecer os aspectos administrativos e legais da organização.

Para a maior parte dos catadores da Coopama, a cooperativa constitui uma alternativa ao desemprego e uma fonte de sustento, devido à dificuldade de inserção no mercado de trabalho. Essa constatação fica ainda mais evidente diante da clara preferência que demonstram pelo trabalho de carteira assinada em função dos benefícios previdenciários. Muitos afirmam, inclusive, que não pensariam duas vezes em trocar a condição de cooperado pela de empregado.

Quanto aos fundamentos do cooperativismo, percebeu-se pouca compreensão e assimilação dos mesmos pela maioria dos sócios, ainda que tenham consciência de que o vínculo com a cooperativa é bem diferente do que se estabelece entre patrão e empregado em uma empresa capitalista. Embora os mais antigos demonstrem algum entendimento sobre o trabalho cooperativo e a importância da ajuda mútua, isso não foi efetivamente difundido entre os que entraram posteriormente, o que acabou comprometendo a propagação da idéia de economia solidária pelo grupo como um todo.

As relações interpessoais presentes em subgrupos, por outro lado, apresentam-se como um forte componente da organização, preenchendo, muitas vezes, as lacunas deixadas pela ausência da educação cooperativa, não só como fator de união do grupo, em função dos vínculos que estabelece, mas também como elemento facilitador para implantação de uma cultura de solidariedade.

²² Castanheira, M.E.M. Relatório de pesquisa. Lavras: mimio, 2007.

²³ Conjunto de favelas.

A partir dos casos apresentados, buscou-se identificar, nessas experiências, os elementos analíticos apresentados neste estudo para caracterizar a ação coletiva no contexto das cooperativas populares. Considerando que as informações contidas nesses relatos foram extraídas de fontes secundárias, as análises aqui realizadas fundamentam-se nas apreciações de quem as pesquisou.

Diante disso, o primeiro passo da análise consistiu na classificação dos empreendimentos aqui abordados quanto ao número de cooperados. Para tanto, tomou-se como base a tipificação dos grupos elaborada por Olson (1999), a saber: grupos privilegiados, intermediários e latentes. Uma vez que não há, na literatura considerada, uma definição quantitativa desses grupos, estabeleceu-se, para efeito de análise, que constituem grupos privilegiados aqueles com, no máximo 40 membros, grupos intermediários aqueles com no mínimo 41 e no máximo 80 membros e grupos latentes aqueles com 81 membros ou mais²⁴.

Desse modo, considera-se que a Cooperativa do Sabor e a Coopama constituem grupos privilegiados, com 20 e 34 associados, respectivamente, e a Coopserv, um grupo intermediário, com 62 associados. Isto significa que nesses três grupos a ação coletiva tende a ser promovida sem que sejam necessários artifícios como a coerção ou incentivos adicionais, imperativos para sustentar a coesão de um grupo latente que, ao contrário dos grupos pequenos, não ocorre de maneira espontânea. Sendo assim, a diferença da Coopserv para os outros dois grupos está, conforme Olson (1999), apenas na exigência de um nível maior de organização para a consecução do benefício coletivo.

Olson (1999) considera que um aspecto importante para a compreensão de um grupo consiste em identificar o que leva seus participantes a agirem coletivamente. Nesse sentido, é pertinente observar que, nos três casos

²⁴ Pela Lei 5764/71 são necessários, no mínimo, 20 integrantes para que uma cooperativa seja formalmente composta. Assim, baseou-se neste número para definir o máximo de integrantes de um grupo privilegiado, multiplicando-o por dois. No caso do grupo intermediário, o critério para determinar o limite foi a duplicação do número máximo de integrantes do grupo privilegiado.

apresentados, a mobilização ocorreu para que fossem mantidos ou criados postos de trabalho. Sendo assim, é pertinente observar que, a princípio, os agentes não foram movidos por questões ideológicas, e que a ação grupal foi promovida a fim de alcançar um benefício coletivo. Isso abre um precedente para a lógica de Olson (1999), cujo argumento sustenta que em qualquer atividade econômica as ações dos indivíduos estão voltadas para a satisfação de seus interesses materiais ou ideais. Esse fato não descarta, contudo, uma identificação com a economia solidária, pois de acordo com França Filho (2002), esse fenômeno está ligado à questão do desemprego e da exclusão social. Da mesma forma não anula as assertivas presentes na teoria da dádiva, uma vez que esta não nega a existência do interesse nas relações sociais, mas condiciona quaisquer tipos de interação, até mesmo as de caráter funcional, aos pressupostos da reciprocidade.

A teoria de Olson também encontra sentido nos episódios de evasão ocorridos na Cooperativa do Sabor e na Coopserv. Para uma parte dos associados dessas cooperativas, participar da ação coletiva tornou-se inconveniente no momento em que esta deixou de promover os benefícios almejados, indicando vínculos de cunho utilitarista. Percebe-se, nesse momento que, embora os grupos menores sejam mais propensos à promoção da ação coletiva, o número reduzido de participantes não garante a união grupal, como afirma Simmel (1983).

O fato de alguns membros dessas cooperativas prosseguirem agindo coletivamente, dando continuidade aos empreendimentos, indica duas hipóteses. A primeira delas, assentada nos pressupostos teóricos de Olson (1999), supõe que para esses indivíduos, deixar a cooperativa traz menos vantagens que permanecer nela, valendo a pena o esforço de enfrentar dificuldades financeiras ou relações conflituosas. Neste caso, é o anseio pela maximização de interesses pessoais que orienta o raciocínio desses cooperados quanto à compensação do referido ônus pelos benefícios proporcionados. A segunda hipótese fundamenta-

se nos pressupostos da dádiva, considerando que a ação coletiva se desenvolve na esfera da reciprocidade, em que as relações se sustentam em bases solidárias. Aqui, o que provavelmente condiciona o grupo é a prioridade da aliança sobre os resultados materiais, tendo em vista que, para esses indivíduos, essa prioridade importa mais que os componentes econômicos.

Retomando os elementos teóricos olsonianos, a apreciação feita por Heckert et. al (2003) acerca do ambiente interno da Coopserv confere, a essa cooperativa, aspectos negativos como impontualidade, falta de participação e desinteresse. Tais atribuições sinalizam a presença do indivíduo que Olson (1999) denominou como *free rider*, ou carona, cuja intenção no grupo consiste em obter o benefício sem se esforçar para tal, esperando que os outros ajam por ele. Sinaliza-se, mais uma vez, a busca pela maximização de interesses pessoais, além do intento de redução, por esse agente oportunista, dos custos individuais envolvidos na ação coletiva.

Tanto na Coopserv quanto na Coopama, constata-se, entre os associados, a preferência pelo trabalho formal, organizado conforme princípios capitalistas. É o desejado emprego de carteira assinada, que indica novamente o indivíduo centrado nos próprios interesses, tendo em vista que, para muitos trabalhadores, os benefícios previdenciários proporcionam ganhos individuais maiores que os conquistados a partir da cooperativa. Com isso, pode-se supor que os vínculos entre esses cooperados e a organização estão fundados, predominantemente, em bases utilitárias e individualistas.

No tocante à teoria da dádiva, o primeiro componente a ser considerado é o argumento de que quaisquer laços sociais, independente do espaço de sociabilidade em que são gerados, estão condicionados ao circuito da dádiva. Diante disso, pondera-se que a disposição para agir coletivamente ocorre no registro do dom, pois cada indivíduo que se integra a um grupo, de certo modo, se doa aos demais que dele fazem parte. Todavia, a questão está em identificar

se a lógica de doação conserva-se predominante ao longo da trajetória da ação coletiva.

Como indicativo dessa lógica, calha o evento em que um ex-sócio da Cooperativa do Sabor se reintegrou ao grupo. Tal episódio traz indícios de uma ação conduzida no registro da dádiva, qualificada pelo atributo do valor-confiança mencionado por Martins (2004). Foi dado um crédito a favor, fundamentalmente, da relação social, que é a finalidade maior do sistema de dádivas.

O mesmo pode ser dito a respeito dos aspectos lúdicos de convivência dos membros dessa cooperativa, que de acordo com Rufino (2005), estende-se aos familiares dos mesmos. Imprime-se nas relações do grupo um sentido de comunidade, cujas interações são irredutíveis às conexões de interesse econômico ou de poder.

A orientação da dádiva também pode ser identificada na organização autogestionária do trabalho, uma vez que ela só se constitui efetivamente em um espaço de sociabilidade composto por vínculos baseados na confiança e na solidariedade. Caso contrário, transforma-se em uma ação geradora de conflitos e desunião. Exemplo disso ocorreu na Coopserv, que em dado momento de sua trajetória esteve submersa em competições e contendas entre os membros da equipe em função de intolerância e suspeição mútuas.

Como atributo da dádiva, a reciprocidade constitui um elemento-chave para a ação coletiva nas cooperativas populares, cuja insuficiência não só compromete a coesão do grupo, como interfere negativamente na dinâmica do trabalho. De acordo com Godbout (1999), a reciprocidade implica na responsabilidade de se transmitir aquilo que se recebe e tem o componente do valor-confiança como seu aspecto basilar. Trata-se, nesse caso, da tradução da ajuda mútua concernente à prática da cooperação, que se baseia na dádiva para se concretizar. Tomando como exemplo a Coopama, a dificuldade na difusão

das informações entre os membros do grupo e a postura da diretoria de centralizar as decisões apontam para um modelo burocrático de interação no espaço organizacional. Isso leva a supor que, no ambiente de trabalho dessa cooperativa, predominam as características da sociabilidade secundária, cujo imperativo é o da funcionalidade. A despeito dessa constatação, não se pode desconsiderar que os subgrupos formados na Coopama surgiram a partir de laços de amizade. Esse fator é, sem sombra de dúvida, um indicativo da presença dos componentes da dádiva nas relações sociais, o que, de certa forma, ajuda a promover a coesão do grupo.

Conforme Laville et al. (2006), a construção de relações pautadas na reciprocidade e a sujeição dos propósitos econômicos à instauração dos vínculos entre as pessoas constituem fundamentos da economia solidária. Nesse sentido, tanto a posse quanto a gestão coletiva dos meios de produção presentes na Cooperativa do Sabor manifestam as premissas conceituais desse modelo produtivo que combate a supremacia do capital sobre o trabalho.

Essa conjugação de atividade cooperativa com autogestão propicia a construção do que Gaiger (2006) define como processos de sentido emancipatório, em que as concepções dos integrantes do grupo quanto ao significado do trabalho passam por transformações. Foi o que ocorreu na Cooperativa do Sabor no episódio em que um ex-sócio retornou ao grupo por não se ajustar bem à condição de empregado. Tal ocorrência indica uma mudança na percepção das relações de trabalho e dos valores que as regem.

Analisando o caso da Coopserv, os eventos envolvendo a primeira gestão indicam que o processo de incubação não foi suficiente para introduzir plenamente a consciência cooperativa no grupo. A atuação autoritária da presidente e o favorecimento de uns em detrimento de outros apontam para aspectos de dominação e clientelismo que colidem com a prática democrática e as relações baseadas na reciprocidade propostas pela economia solidária.

Da mesma forma, o apelo que o emprego de carteira assinada tem entre os membros da Coopama e da Coopserv indica que os associados desconhecem ou não percebem a essência da economia solidária, a qual, de acordo com Singer (2005) recusa a alienação do trabalhador provocada pela divisão burocrática do trabalho.

O caso da Coopama, inclusive, apresenta um agravante neste sentido, uma vez que é a Usina Verde quem determina a organização e os processos de trabalho. Tal condição extrai da cooperativa a faculdade de tomar decisões sobre uma realidade que lhe diz respeito, e compromete tanto a autonomia do grupo, quanto o processo de emancipação dos trabalhadores. Além desse fato, um outro aspecto que traz problemas neste sentido é a concentração das diretrizes organizacionais na diretoria da cooperativa. Além de suscitar pouca participação dos demais sócios na definição de objetivos, isso obstrui o fluxo de informações, podendo gerar sentimentos de apatia e desconfiança no grupo. O resultado desse processo reflete nas relações entre os associados e interfere na construção da prática solidária.

A partir dessas ponderações, é possível ilustrar, por meio do Quadro 1, as hipóteses suscitadas quanto à ação coletiva nas cooperativas populares consideradas, tendo como base os componentes teóricos da lógica de Olson, da teoria da dádiva e da economia solidária.

Tais hipóteses se baseiam nas menções que os relatos trazem acerca das relações entre os membros desses grupos e na forma como o trabalho está organizado nessas cooperativas

Com base nessas alusões e nas análises realizadas, acredita-se que, na Cooperativa do Sabor, os vínculos são fundados no princípio da reciprocidade e que a organização do trabalho condiz com os princípios do cooperativismo e da economia solidária. O que leva a essas suposições são as referências às relações de amizade, à gestão autogestionária e à posse coletiva dos meios de produção.

A Coopserv, por outro lado, apresenta situações de conflitos internos, disputas de poder e elementos nocivos como o *free rider*, levando a crer que os vínculos entre os cooperados são sustentados por interesses instrumentais e que a organização do trabalho não segue a proposta cooperativista. O mesmo ocorre em relação à Coopama, uma vez que os associados estão submetidos ao modelo burocrático de organização do trabalho, e demonstram preferência pelo emprego de carteira assinada.

QUADRO 1. Ação coletiva nas cooperativas populares.

Cooperativas Categorias analíticas	Cooperativa do Sabor	COOPSERV	COOPAMA
Ação coletiva utilitarista		X	X
Ação coletiva baseada na dádiva	X		
Ação coletiva baseada nos princípios do cooperativismo e da economia solidária	X		

Sendo assim, considera-se que no espaço organizacional das cooperativas populares, os vínculos baseados na dádiva favorecem a ação coletiva fundamentada nos princípios da economia solidária.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi realizado com o propósito de colaborar teoricamente para as reflexões sobre os vínculos que contribuem efetivamente para a ação coletiva no espaço organizacional das cooperativas populares após o cumprimento de um processo de incubação. Nesse sentido, os resultados deste estudo poderão abrir espaço e apoiar teoricamente uma investigação empírica acerca desse problema.

Para tanto, estabeleceu-se como objetivo a identificação e análise teórica da ação coletiva no contexto das cooperativas populares, buscando examinar, também no âmbito teórico, os vínculos sociais que norteiam a ação coletiva em geral. Além disso, propôs-se analisar relatos de cooperativas populares que passaram por um processo de incubação e identificar, nesses casos, os motivos que levaram os indivíduos a constituir uma cooperativa e os vínculos sociais que os mantêm enquanto organização.

Diante desse intento, buscou-se discutir, em um primeiro momento, a lógica da ação coletiva de Mancur Olson, que tem o interesse como principal fator de mobilização dos indivíduos para a consecução de objetivos comuns. Nesse sentido, os agentes submetem a decisão de agir coletivamente a um cálculo em que avaliam se os benefícios a serem obtidos compensam o esforço a ser empregado, com o intuito de maximizar a satisfação de seus interesses pessoais.

Em contrapartida às considerações de Olson, dissertou-se sobre a dádiva, apresentando seus preceitos teóricos e sua aplicação como instrumento analítico para se pensar as relações nas diferentes esferas de sociabilidade. Desse modo, destacou-se a dádiva como pressuposto para estabelecer qualquer tipo de interação social e como um condutor da ação coletiva no sentido de promover e sustentar os vínculos entre os agentes.

No momento seguinte, apresentou-se a vertente utópica do cooperativismo como forma específica de ação coletiva, cujos ideais sustentam a condução de atividades econômicas a partir de princípios não capitalistas. Com base nesse tema, buscou-se compreender as propriedades da economia solidária a qual, fundada nos ideais do cooperativismo, propõe um modelo de produção apoiado na noção de solidariedade e na autogestão.

Após essas considerações, delimitou-se a esfera de análise da ação coletiva ao espaço organizacional das cooperativas populares, de modo a assinalar suas especificidades e contextualizar a atuação desses empreendimentos no cenário brasileiro. Sendo assim, considerou-se a contribuição das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCPs para a consolidação desse modelo de organização como forma de expressão da economia solidária.

Finalmente, foram apresentados três relatos de cooperativas populares que passaram por um processo de incubação para subsidiar a discussão teórica realizada e desenvolver as análises concernentes ao problema de pesquisa. Essas análises foram feitas a partir dos componentes teóricos presentes na lógica da ação coletiva de Olson, na teoria da dádiva e na economia solidária e contemplaram os casos da Cooperativa do Sabor, da Coopserv e da Coopama.

A partir do que foi observado nessas cooperativas, sugere-se, a título de hipótese para futuros estudos empíricos, que os princípios da economia solidária e do cooperativismo não são suficientes para sustentar a ação coletiva no espaço organizacional das cooperativas populares. Essa hipótese é de grande relevância para análise teórica e empírica, pois nos últimos anos foi mobilizado grande contingente de pessoas e de recursos financeiros em torno da economia solidária no sentido de superar a exclusão social na forma de desemprego e de precarização do trabalho. No entanto, o que se tem observado é que os princípios da economia solidária estão sendo absorvidos parcialmente pelos associados às

cooperativas populares. Esse aspecto deve ser pesquisado empiricamente para comprovar tal hipótese.

Paradoxalmente, as cooperativas analisadas neste estudo se aproximam mais propriamente da lógica da ação coletiva de Olson, ou seja, da lógica utilitarista. Percebe-se nos relatos que, em diversos momentos, os pressupostos olsonianos prevalecem sobre os preceitos solidários na condução da ação coletiva, mostrando que os indivíduos, em sua maioria, são impelidos a agir coletivamente para atender, prioritariamente, seus interesses pessoais relacionados à carteira assinada, estabilidade no trabalho e aumento da renda.

Nesse sentido, a fidelidade e confiança dos associados na forma organizacional das cooperativas populares são vínculos frágeis e difíceis de serem mantidos, pois caso tenham a oportunidade de aumentar a renda, de assinar a carteira ou de conseguir estabilidade em algum emprego fora da cooperativa, é bem provável que esses associados deixem a cooperativa de que fazem parte.

Acredita-se que, apesar do esforço das incubadoras no sentido de criar e difundir uma consciência cooperativista e de ajuda mútua entre os cooperados, estes não são valores que podem ser transmitidos e tampouco assimilados apenas em forma de discurso. Observa-se que a manifestação dessa consciência, para acontecer, precisa estar associada a processos de subjetivação e a conteúdos simbólicos que são gerados a partir da prática de relações sociais de produção coletivizadas e que sinalizam, concretamente, para uma nova forma de organização social, e não dos procedimentos de conscientização propriamente ditos. Portanto, torna-se essencial, nesse contexto, processos educativos efetivos com os trabalhadores em condições de trabalho precarizado e desempregados no sentido de construir uma nova prática de produção, de trabalho e de organização e de assumirem novos valores culturais relacionados à autonomia e à liberdade. Esta é uma tarefa fundamental que se coloca para as Incubadoras

Tecnológicas de Cooperativas Populares. É preciso que essas incubadoras compreendam melhor esses aspectos e que criem estruturas educativas permanentes para atender ao contingente de pessoas excluídas do mercado formal de trabalho.

Tendo em vista que a ação coletiva no âmbito das cooperativas populares está diante de uma realidade em que predominam o individualismo e as relações de cunho funcionalista, pondera-se que a sua sustentação necessita de vínculos sociais que façam parte dos costumes locais de cooperação, no sentido de positivar elementos solidários da cultura brasileira e de superar os elementos autoritários e desagregadores dessa cultura. Considera-se que este é um aspecto que merece ser pesquisado em profundidade, pois poderá trazer grandes contribuições para novas formas de organização e de gestão do trabalho.

Assim, considera-se que os elementos formadores da cultura da cooperação poderão ser compreendidos a partir das reflexões sobre as práticas dos trabalhadores. Para isso, a teoria da dádiva poderá ser apropriada, pois no sistema da dádiva, os laços são construídos sobre aspectos subjetivos que escapam ao cálculo e não se rendam ao utilitarismo. Contudo, relações dessa natureza estão associados a um fator de espontaneidade que não admitem imposições ou artifícios condicionantes. Sendo assim, é importante que as ITCPs encontrem meios de promover a aliança sem comprometer aquilo que a torna tão densa: a vontade que as pessoas têm de se unirem às outras. Para tanto, pode-se recorrer, como fonte de inspiração, às sociedades consideradas pelos antropólogos como “primitivas”, que tinham como objetivo principal a relação com o *outro*, no sentido de criar o vínculo social. Nesse sentido, o princípio da alteridade passa a ser essencial na construção de vínculos solidários de ação coletiva.

Diante dessas reflexões, é possível considerar, em termos do problema de pesquisa, que os vínculos sociais mais adequados para efetivar a ação coletiva

no espaço organizacional das cooperativas populares são aqueles regidos pelos princípios de reciprocidade os quais, muito mais que os vínculos de caráter utilitarista ou relacionados à economia solidária, são capazes de criar alianças e manter a coesão dos grupos.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALCÂNTARA, F. H. C. Institucionalismo, racionalidade e solidariedade em cooperativas populares. In: HECKERT, S. M. R. (Org.). **Cooperativismo popular: reflexões e perspectivas**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2003. 222 p.
- ARAÚJO, S. M. P. de. **Eles: a cooperativa**; um estudo sobre a ideologia da participação. Curitiba: Projeto, 1982. p.84-92.
- BENINI, E. A. Economia solidária, Estado e sociedade civil: um novo tipo de política pública ou uma agenda de políticas públicas? **Organização e Democracia**, Marília, n.4, p.3-22, 2003.
- BUENO, N. P. Lógica da ação coletiva, instituições e crescimento econômico: uma resenha temática sobre a nova economia institucional. **Revista Economia**, Brasília, v.5, n.2, p.361-420, jul./dez. 2004.
- CAILLÉ, Alain. **Antropologia do dom: o terceiro paradigma**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. 325 p.
- CANÇADO, A. C. Para a apreensão de um conceito de cooperativa popular. In: _____; PEREIRA, J. R.; SILVA JÚNIOR, J. T. (Org.). **Economia solidária, cooperativismo popular e autogestão: as experiências de Palmas/TO**. Salvador: IES, 2007. 212 p.
- DORNELES, S.B. **Autogestão: uma alternativa para o desenvolvimento regional**. Disponível em: <<http://www.urisantiago.br/nadri/artigos/texto%20simone.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 07
- ECO, U. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1977. 70 p.
- FIGUEIREDO, Luís Cláudio. **Modos de subjetivação no Brasil e outros escritos**. São Paulo: Editora Escuta, 1995.
- FRANÇA FILHO, G. C. A problemática da economia solidária: um novo modo de gestão pública? In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 26, 2002, Florianópolis. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2002.

FRANÇA FILHO, G. C. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. **Civitas Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v.7, n.1, p.155-174, jan./jun. 2007.

GAIGER, L. I. A racionalidade dos formatos produtivos autogestionários. **Sociedade e Estado**, Brasília, v.21, n.2, p.513-545, mai./ago. 2006.

GALLO, Rita; DAKUZAKU, R. Y.; EID, Farid. Organização cooperativista popular como alternativa à precarização do trabalho. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 20, 2000, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ENEGEP, 2000.

GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis: Vozes, 1997. 366p.

GODBOUT, J. T. **O espírito da dádiva**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999. 272 p.

GRAEBER, David; LANNA, Marcos. Comunismo ou comunalismo? A política e o “Ensaio Sobre o Dom”. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v.48, n.2, p.501-523, 2005.

HECKERT, S. M. R. *et al.* Cooperativas populares: estudo de caso. In: HECKERT, S. M. R. (Org.). **Cooperativismo popular: reflexões e perspectivas**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2003. 222 p.

LANNA, Marcos. Nota sobre Marcel Mauss e o *Ensaio Sobre a Dádiva*. **Revista de Sociologia e Política**, n.14, p.173-194, jun. 2000.

LAVILLE, Jean-louis; FRANÇA FILHO, G. C.; MEDEIROS, Alzira; MAGNEN, Jean-philippe. **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006.

LIMA, A. L. M. de C. O fenômeno da economia solidária: reflexões em um campo de estudo controverso. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 25, 2001, Campinas. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2001.

MACHADO-DA-SILVA, C.; CUNHA, V. C.; AMBONI, N. Organizações: o estado da arte da produção acadêmica no Brasil. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 29, 2005, Brasília. **Anais...** Florianópolis: ANPAD, 1990. p.11-28.

MARTINS, P. H. A dádiva e sua importância teórica para se pensar as relações entre Estado, mercado e comunidade. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8, 2004, Coimbra. **Anais...** Coimbra: CES, 2004.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**. Lisboa: Edições 70, 2001. 199 p.
MEDEIROS, J. B. **Redação científica**: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. São Paulo: Atlas, 1991. 144 p.

MEIRA, Ludmila. **A gestão de empreendimentos econômicos solidários**: olhares das ITCPs USP, UFRJ e UNB. 2005. 107 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal da Bahia.

NASCIMENTO, Claudio. **A autogestão e o “novo cooperativismo”**. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE AUTOGESTÃO, 2003, Joinville.

NORONHA, O. M. **Cooperativismo sócio-comunitário e educação: reflexões históricas e possibilidades atuais**. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUDESTE, 6, 2004, Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, B. A. M. de. **As cooperativas populares e seus desafios, limites e possibilidades**: casos de cooperativas da cidade do Rio de Janeiro. 2006. 175 p. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, S. L. de. **Tratado de metodologia científica**. São Paulo: Pioneira, 1997. 320 p.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999. 201 p.

PEREIRA, C.J.; GUEDES, E. S. C.; JESUS, N. F. O. de. **Gestão social em cooperativas populares**. Salvador: NPGA, 2005.

PÉREZ, R. T. Racionalidade e representação: requisitos para a exploração dos limites do político. **Civitas Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, n.1, p.123-146, out. 2000.

PIMENTEL, M. A. M. **A trajetória de uma escola cooperada**: do ideal cooperativista à realidade de mercado. 2006. 181 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos.

POLANNYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2000. 306 p.

QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, M. L. de O.; OLIVEIRA, M. G. M.. **Um toque de clássicos**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

REINHARDT, B. M. N. A dádiva da teoria: epistemologia e reciprocidade no circuito do “dado” antropológico. **Campos**, v.7, n.1, p.137-157, 2006

ROCHA, M. M. Associativismo e participação: alternativas populares para fazer frente ao modelo neoliberal. In: Congresso Internacional de Latinoamericanistas em Europa, 3, 2002, Amsterdã.

RUFINO, Sandra. **(Re) fazer, (re)modelar, (re)criar**: a autogestão no processo produtivo. 2005. 197 p. Tese (Doutorado em Engenharia) – Universidade de São Paulo.

SANTOS, B. de S. RODRIGUEZ, C. Reinventar a emancipação social: para novos manifestos. In: SANTOS, B. de S. (Org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 514p.

SCHINEIDER, J. O. **Democracia, participação e autonomia cooperativa**. São Leopoldo: Unisinos, 1999. p.33-56.

SIMMEL, Georg. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. p. 90-114.

SINGER, Paul. A economia solidária como ato pedagógico. In: KRUPPA, S. M. P. **Economia solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: Inep/MEC, 2005.

SINGER, Paul. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. de (Org.). **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

TAUILE, J. R. Do socialismo de mercado à economia solidária. **Revista Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v.6, n.1, p.107-122, jan./jul., 2002.

THIOLLENT, Michel. Sobre o projeto cooperativo: democracia, animação e ética. In: _____. **Pesquisa-ação e projeto cooperativo na perspectiva de Henri Desroche**. São Carlos: EdUFSCar, 2006. p.131-163.

VARANDA, A. P. de M.; CUNHA, P. C. C. B. **Diagnóstico e impactos do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares**. Rio de Janeiro: FASE, 2007.

VIZEU, Fábio. Contribuições da sociologia da dádiva aos estudos sobre organizações substantivas. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 4, 2006, Porto Alegre. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2006.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília: Editora da UnB, 1991.

ANEXO

ANEXO A – Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares

Atualmente, são 37 incubadoras presentes nas instituições brasileiras de ensino superior, em diferentes regiões do Brasil:

Região Nordeste

- Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia – CEFET/BA
- Universidade Salvador - UNIFACS
- Universidade Estadual da Bahia – UNEB
- Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE
- Universidade Federal da Bahia – UFBA
- Universidade Católica de Salvador - UCSAL
- Faculdade Frassinetti de Recife – FAFIRE

Região Sudeste

- Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET/RJ
- Fundação Getúlio Vargas – FGV
- Fundação Santo André – FSA
- Universidade de São Paulo – USP
- Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP
- Universidade Estadual Paulista - UNESP
- Universidade Federal de Itajubá - UNIFEI
- Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF
- Universidade Federal de Lavras – UFLA
- Universidade Federal de São Carlos – UFSCar
- Universidade Federal de São João Del-Rei – UFSJ

- Universidade Federal de Viçosa – UFV
- Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
- Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES
- Universidade Federal do Espírito Santo – UFES
- Centro Universitário do Cerrado - UNICERP

Região Sul

- Centro Universitário La Salle - UNILASALLE
- Fundação Universidade Federal do Rio Grande - FURG
- Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB
- Universidade Católica de Pelotas – UCPEL
- Universidade Comunitária Regional de Chapecó – UNOCHAPECÓ
- Universidade do Estado de Santa Catarina - UNOESC
- Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS
- Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG
- Universidade Federal do Paraná – UFPR
- Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS
- Região Centro – Oeste:
- Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul – UEMS
- Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS
- Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD

Região Norte:

- Universidade Federal de Tocantins – UFT

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)